



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

EDITAL N.º 257/2022

JOSÉ MANUEL MONTEIRO DE CARVALHO E SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, torna público, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o teor da ata n.º 30, da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Coimbra realizada em 30 de novembro de 2022 e aprovada em 19 de dezembro de 2022.

Para os devidos e legais efeitos emite-se e publica-se o presente Edital que vai assinado e devidamente autenticado com selo branco e outros de igual teor que serão afixados no Átrio dos Paços do Concelho, e demais lugares do uso e costume e publicitado na página eletrónica da Câmara Municipal, em www.cm-coimbra.pt.

Registe-se e publique-se.

Coimbra, 19 de dezembro de 2022

Presidente da Câmara Municipal

JOSE MANUEL
MONTEIRO DE
CARVALHO E SILVA

Assinado de forma digital por
JOSE MANUEL MONTEIRO DE
CARVALHO E SILVA
Dados: 2022.12.19 20:51:40 Z



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

ATA N.º 30 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município

Data: 30/11/2022

Iniciada às 10H00 e encerrada às 12H30

Aprovada em 19/12/2022 e publicitada através do Edital n.º 257/2022

A reunião contou com a presença de:

Presidente: José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva
Vice-Presidente: Francisco José de Baptista Veiga
Vereadores: Ana Maria César Bastos Silva
Carlos Miguel Mantas Matias Lopes
Ana Maria Cortez Vaz dos Santos Oliveira
Miguel José Ferros Pimentel Reis da Fonseca
Regina Helena Lopes Dias Bento
Carina Gisela Sousa Gomes
José Ricardo Miranda Dias
Raquel da Fonseca Moreira Santos Veiga
Francisco José Pina Queirós



A reunião foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva, Secretariado pelo Diretor do Departamento de Administração Geral, Manuel Gilberto Mendes Lopes, coadjuvado pela Técnica Superior, Carla Patrícia de Oliveira Silveira.

Verificou-se a ausência do Senhor Vereador Hernâni Pombas Caniço, por motivos de saúde, oportunamente substituído pela Senhora Vereadora Raquel da Fonseca Moreira Santos Veiga, tendo o Executivo deliberado justificar a respetiva falta.



ORDEM DO DIA



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

PONTO I. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2023

I.1. CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

a) Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023

- Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniões e Juntas de Freguesia;
- Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA);
- Relatório Síntese do Exercício do Direito de Oposição

Em conformidade com o Despacho n.º 43/PR/22, de 29 de julho de 2022, do Senhor Presidente de Câmara Municipal e posteriores propostas dos serviços municipais aprovadas pelos Senhores Vereadores, foram instruídos os documentos previsionais para 2023 - “Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023” da Câmara Municipal de Coimbra, em conformidade com o SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada e a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada, (Regime Jurídico das Autarquias Locais). Acresce, ainda, a legislação respeitante à Lei-quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e posteriores Decretos-Lei, que concretizam o quadro das respetivas transferências de competências).

Neste contexto, foi elaborada a informação n.º 79614, de 22/11/2022, da Divisão de Planeamento e Controlo, que mereceu pareceres do Chefe da referida Divisão e da Diretora do Departamento Financeiro, bem como despachos do Senhor Vereador Miguel Fonseca e do Senhor Presidente da Câmara Municipal, todos dessa mesma data.

O Senhor **Presidente** iniciou a sua intervenção agradecendo à Dr.ª Regina Ferreira, Diretora do Departamento Financeiro, e às suas equipas pelo trabalho que desenvolveram na construção deste orçamento, dando conta que estão disponíveis para qualquer esclarecimento técnico que possa ser necessário. Agradeceu, ainda, o trabalho que todos os Departamentos e Divisões fizeram para a elaboração deste orçamento, trabalho este extremamente exigente e complexo. Assim, o Senhor Presidente referiu que gostaria de fazer uma intervenção sobre a visão estratégica do atual Executivo Municipal para Coimbra em 2023, qualificando este orçamento como um orçamento de transição e de economia de guerra. Neste contexto, o Senhor Presidente proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

“O ano de 2022 foi um ano de enormes dificuldades e inúmeros desafios e o ano de 2023 segue-lhe os passos, quiçá com maior gravidade e intensidade.

Devido aos efeitos da pandemia COVID-19, em parte fruto dos apoios e medidas que foi necessário instituir, e bem, em termos financeiros verificou-se uma perda de 3,3 milhões de euros (resultante de um acréscimo da despesa de 1,6 milhões e de uma quebra de receita de 1,7 milhões), pelo que, no final do exercício económico de 2021 o resultado líquido do exercício da Câmara Municipal de Coimbra foi negativo em 808 mil euros, se bem que com as contas sob controlo.

Inesperadamente, em 2022 a Ucrânia é ilegalmente invadida pela Federação Russa, com consequências económicas e financeiras catastróficas para todo o mundo, que se somaram à evolução inflacionista que já se vinha a verificar pós pandemia, devido à reabertura da economia e à ansiedade com que as pessoas regressaram ao consumo, mas também como consequência dos fortes apoios concedidos às famílias em alguns países e às sérias dificuldades da produção e da distribuição. No nosso país, as pessoas, as empresas e as autarquias foram e continuarão a ser afetadas de forma dramática pela espiral inflacionista. Em sentido



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

oposto, o Governo está a cobrar mais 20 a 30% em impostos, com aumentos extraordinários da receita do Estado central acima de 5 mil milhões de euros. Conforme anunciou o próprio Ministério das Finanças, o Estado registou um excedente de 2540 milhões de euros até outubro, em contabilidade pública, uma melhoria de 9.210 milhões de euros face ao mesmo período do ano passado, apesar de já estarem a ser aplicadas as medidas de apoio a famílias e empresas!

Os orçamentos autárquicos também são negativamente afetados pelo quadro macroeconómico do país. A economia tem crescido pouco e continua a divergir da média da UE27, com o PIB per capita em paridades de poder de compra a diminuir em mais de 10 pontos percentuais nos últimos 20 anos face a média comunitária, pelo que a posição relativa da economia portuguesa caiu do 16.º para o 22.º lugar. E 2024 deverá ficar para a história como o ano em que a Roménia — outrora o mais pobre dos atuais 27 Estados-membros — vai ultrapassar Portugal no ranking de desenvolvimento económico da União Europeia (UE), de acordo com as mais recentes previsões de outono da Comissão Europeia.

Segundo o cálculo dos nossos serviços, em 2022 e 2023, será de 12 milhões de euros o impacto negativo da subida da inflação e dos preços dos materiais, energia e combustíveis no orçamento da Câmara Municipal de Coimbra. O que pode fazer uma instituição que, subitamente, se vê amputada de uma verba desta dimensão? Naturalmente, tornou-se impossível cumprir as Grandes Opções do Plano (GOP) previstas para 2022. Para uma Câmara como Coimbra, que em 2021 foi apenas o 14.º município no volume total de receita cobrada, no valor de 115,445 milhões, é um impacto brutal.

A esta amputação orçamental, que acontece num quadro piorado de desaceleração da atividade económica em 2023, soma-se o prejuízo anual superior a um milhão de euros com a muito mal negociada descentralização da Educação (a que acrescem os encargos assumidos diretamente pelo Município a nível de alimentação e transportes, entre outros apoios, que, no presente ano, totalizam quatro milhões de euros), o que prejudica a ação da autarquia noutros setores. As negociações para a descentralização na área Social não estão a correr bem e na área da Saúde ainda não há entendimento. Isto para não falar da vergonha que é o pagamento de despesas médicas da ADSE pelas autarquias, o qual esperamos que, finalmente, possa cessar em 2023, mas ainda sem garantias.

Por conseguinte, o exercício do orçamento para 2023 é realmente um orçamento elaborado em clima de economia de guerra e de uma profunda indefinição, o que condiciona o próprio orçamento para 2023 e, sobretudo, as GOP, que foram elaboradas num enquadramento de contenção. Aplica-se ao orçamento autárquico os mesmos princípios que o Presidente da República considerou relativamente ao Orçamento Geral do Estado, o orçamento tem de ser "elástico para permitir vários cenários", referindo ainda que "é preciso ir reajustando" a sua aplicação, uma vez que "há tanta incógnita" em relação ao futuro. Numa outra intervenção, Marcelo Rebelo de Sousa alertou para um 2023 "cheio de incertezas", considerando que o próximo ano "vai ser muito mais difícil" do que 2022, devido à guerra na Ucrânia e ao aumento da inflação e das taxas de juro. Obviamente, este não é o orçamento e GOPs que poderíamos e gostaríamos de apresentar, se não houvesse guerra na Europa, é o orçamento e GOPs que somos constrangidos a elaborar, por força das circunstâncias externas e incertezas futuras. Percebe-se que, na Câmara de Coimbra, os vereadores socialistas não queiram ouvir falar da difícil realidade que vivemos, porque optaram por fazer uma oposição centrada na crítica cerrada sistemática e em demagogia e propostas populistas, pretendendo agora que seja feito de imediato tudo o que não fizeram em oito anos, assim prescindindo de ser uma oposição séria e construtiva, regressando ao passado do facilitismo socrático irresponsável que levou o país à bancarrota e ao memorando da Troika.

Adicionalmente, o facto de se estar num período de transição entre quadros comunitários de financiamento impede e adia o lançamento de novos grandes projetos, que fazem parte do programa eleitoral da coligação, pois ainda nem sequer começou o diálogo sobre o PT 2030. Muitos perguntam-nos pelas 'nossas grandes obras', mas as grandes obras têm de aguardar pelo financiamento europeu, como se sabe e como aconteceu no passado com o PT 2020. Para já, decorrem algumas obras já definidas pela atual coligação, mas, logicamente, de menor dimensão.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A redução significativa do Mapa de Pessoal, em cerca de 5%, à custa de lugares não ocupados, resulta da verificação do elevado peso dos salários no orçamento do município para 2023, superior a 60 milhões de euros anuais (Câmara e SMTUC), um significativo incremento que se deve essencialmente à subida salarial prevista, e da evidente necessidade de dar um sinal claro que é essencial gerir melhor os recursos humanos, fazer mais com menos, pois isso nos exige o rigor da gestão das contas e do serviço público. É o resultado da aprendizagem do primeiro ano de mandato e da governação pelo exemplo. Os recursos humanos são a maior riqueza de qualquer organização, pelo que, com esta plena consciência, temos procurado corresponder às expectativas de progressão e apreciação profissional dos nossos trabalhadores.

Apesar deste mar de dificuldades, as Freguesias e Uniões de Freguesias vão ter o maior financiamento de sempre por parte da Câmara Municipal, com um reforço médio de 25% no apoio ao funcionamento, e estamos a cumprir a promessa de levar as reuniões da Câmara a todas as freguesias, com a livre participação popular. Reforçámos o Gabinete de Apoio às Freguesias (GAF), futuramente transformado em Divisão (DAF), que está a recuperar as obras atrasadas que herdámos e a aprofundar o processo de descentralização.

O aumento global do valor do orçamento relativamente a 2022 deve-se em grande parte à aposta na Habitação Social/1.º Direito, com financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a que estamos a dedicar uma particular atenção, evidenciando a consciência social do atual executivo camarário.

De igual forma, pela sua relevância a vários níveis, os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) continuam a representar um investimento prioritário e em permanente crescimento.

O balanço público apresentado pelos vereadores com pelouro por ocasião da passagem do primeiro aniversário da tomada de posse, que aqui damos como reproduzido,

<https://www.coimbra.pt/2022/10/balanco-do-1o-ano-de-mandato-para-fazer-de-coimbra-a-cidade-mais-dinamica-do-pais/>

já é ilustrativo da inflexão estratégia que está progressivamente a ser implementada no município, que também vai ter uma expressão muito importante na nova estrutura nuclear e flexível da Câmara Municipal, a qual entrará em vigor a 1 de janeiro de 2023 (Despacho n.º 13219/2022). Com esta nova estrutura, elaborada em tempo recorde, a Câmara fica melhor preparada para os desafios do futuro. O passo seguinte, fundamental e transformador, é nomear as pessoas certas para o lugar certo, com base no mérito, no curriculum e no combate ao excessivo inbreeding.

A democratização, a transparência, a meritocracia e a estratégia de inovação e de afirmação da marca Coimbra têm sido imagens de marca deste executivo e começam a dar frutos. Trabalhamos para construir os alicerces que permitam que Coimbra se transforme na cidade/concelho mais dinâmico do país, assegurando oportunidades de emprego para todos e todas e um desenvolvimento consistente, contínuo e sustentável. A aquisição das duas salas de cinema do Edifício Avenida (garantindo o futuro à Casa do Cinema), a aposta no património imaterial do concelho e na Baixa de Coimbra, os concertos dos Coldplay, a instalação da Airbus em Coimbra, a desmaterialização do setor do Urbanismo, que se traduziu na redução em 60% do tempo de resposta (embora ainda alguém dos nossos objetivos), o projeto Busquets para a nova estação central intermodal de Coimbra, as várias melhorias introduzidas na obra do Sistema do Metro do Mondego, a pedonalização do Passeio Ribeirinho de Aeminium, a adesão ao Pacto de Autarcas, a adesão à Carta Europeia para a Igualdade e criação do Plano Municipal da Igualdade, a implementação para o ano 2023 de uma política fiscal mais amiga das famílias (via redução da taxa de IMI em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar) e das empresas (redução da taxa normal de derrama para 1,45% sobre o volume de negócios superior a 150.000 euros), sem aumentos de outras taxas ou das rendas sociais (apesar do enorme aumento da inflação), o êxito dos dias abertos do Canil/Gatil Municipal e a projeção de um parque de matilhas, etc., etc., são sinais claro da mudança. A Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU) de Santa Clara, entretanto apresentada, profundamente transformadora e que projeta a cidade para o futuro, com 38 ideias nucleares e um orçamento previsional superior a 210 milhões de euros, é um exemplo claro de uma nova estratégia para Coimbra.

Trabalhamos para potencializar as características únicas e os talentos formados em Coimbra e para que o concelho de Coimbra seja a primeira escolha para os investidores e criadores de emprego, tirando partido



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

dos nossos excelentes sistemas de ensino e saúde, bem como da nossa centralidade geográfica, cosmopolitismo e de uma renovada capacidade de atração de pessoas de todo o mundo para aqui estudar, trabalhar e viver. É claro o objetivo de tornar Coimbra um grande local para os jovens mais talentosos poderem expandir a sua energia e criatividade e concretizarem as suas ideias, com sólidas oportunidades de emprego e condições propícias para construir um futuro gratificante e aprazível, em que a educação, a atividade física e o lazer sejam de grande qualidade e estejam ao alcance de tod@s. Continuamos a colaborar com a CIM de Coimbra numa estratégia de grande área metropolitana, assumindo Coimbra como núcleo dinâmico de uma região metropolitana com um modelo de desenvolvimento policêntrico.

Queremos o concelho de Coimbra a crescer demograficamente, atualmente é apenas o 16.º concelho do país em população residente, não se limitando a viver de alguns serviços públicos e a depender excessivamente dos indicadores e recursos humanos proporcionados pela Universidade, pelo Instituto Politécnico e pelo Centro Hospitalar e Universitário. Para isso temos de trabalhar a partir do zero, pois Coimbra não dispõe de parques industriais com áreas de média/grande dimensão e o último prédio de escritórios construído na cidade, a Torre do Arnado, que tem desenvolvido um trabalho de modernização, foi edificado há 42 anos! Devemos ter a consciência que estas limitações já fizeram Coimbra perder alguns investimentos. Uma das nossas prioridades é a de colmatar estas falhas.

Coimbra deixou-se atrasar demasiado e durante demasiados anos, necessitando de mais investimento, de mais atividade económica, de mais produção de riqueza, de fixar mais pessoas no seu concelho, a forma mais saudável de aumentar a receita e permitir à Câmara investir mais no concelho e nas pessoas, no desenvolvimento económico e social. É nestes objetivos que trabalhamos estrategicamente.

Mas Coimbra também precisa de diversificar a receita sem onerar os munícipes, razão pela qual se propôs a implementação da Taxa Turística a partir de 2023, no valor de 1€ por dormida/pessoa, com um sensato conjunto de exceções, com a respetiva receita a ser reinvestida no setor, para melhoramento/reinvestimento nas infraestruturas turísticas, e a reforçar o apoio às Juntas de Freguesia, cujas atividades também são essenciais para a melhoria da atratividade turística do concelho.

Obviamente, a melhor forma de aumentar a receita e maximizar a capacidade de investimento da Câmara é pela via da dinamização económica, atração de investimento e criação de emprego. É neste caminho que estamos a trabalhar proactivamente, fazendo o que não foi feito no passado. Lamentavelmente, nos últimos oito anos o executivo socialista não quis promover novas zonas industriais com áreas de média e grande dimensão, nem estimular a construção de prédios de escritórios, o que fez com que Coimbra perdesse numerosos investimentos. Não tenhamos dúvidas, resolver os vários problemas de Coimbra, uma cidade paralisada no tempo por uma gestão política municipal antiquada e fechada, que se limitou a viver à custa do património histórico, do ensino superior e da saúde, é mesmo um desafio para uma década.

A aprovação do orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2023 é fundamental para se fazer face às dificuldades económicas consequentes à guerra na Europa e para o executivo camarário poder prosseguir o cumprimento do seu programa eleitoral, centrado em nove grandes eixos estratégicos: a manutenção do equilíbrio orçamental, o cumprimento da descentralização, o reforço das Freguesias, a garantia de apoios sociais suficientes em função das necessidades, a melhoria dos transportes coletivos e da qualidade de vida das pessoas nas suas múltiplas dimensões, a afirmação dos clusters da Cultura, Saúde, Educação, Turismo, Ambiente, Inovação e Tecnologia, o fortalecimento da marca Coimbra, a promoção do desenvolvimento económico e social sustentáveis e a criação de emprego, objetivos materializados através das ações descritas nestas GOP.

Porque não é demais realçar, sublinhamos que temos a perfeita consciência que só através do desenvolvimento sustentável e amigo do ambiente e do fomento de maior atividade económica é possível gerar mais riqueza global e mais receita camarária, de forma a facilitar e melhorar a prossecução da nossa complexa, exigente, insubstituível e multifacetada missão autárquica, a bem das pessoas, do concelho e do país.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Com o atual executivo camarário, Coimbra está finalmente a construir uma estratégia de renovação e de desenvolvimento sustentável, aberta à sociedade e ao mundo, começando a ser olhada de outra maneira. A nossa ambição é transformar Coimbra num dinâmico polo de cultura, de investimento e de desenvolvimento. Estamos na trajetória certa, mas há um longo percurso a percorrer, que Roma e Pavia não se fizeram num dia.”

O Senhor Vereador **Miguel Fonseca** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

I.

“Hoje apresentamos-vos o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2023.

É o segundo Orçamento apresentado por este Executivo Municipal e, ao contrário do anterior, que era sobretudo de transição, este já expressa as nossas opções políticas, tendo sido elaborado em articulação com as linhas de orientação estratégica definidas para o mandato autárquico.

O processo de preparação dos documentos previsionais para 2023 foi iniciado com o despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 29 de julho de 2022, que determinou a todos os serviços municipais, bem como às entidades do setor empresarial local (Águas de Coimbra, iParque, Prodeso e SMTUC), a apresentação de propostas que, posteriormente, foram objeto de análise e enquadramento técnico, incluindo compromissos a transitar para 2023 e anos seguintes. Em seguida, foram realizadas reuniões de trabalho com os Vereadores com pelouros atribuídos e com os dirigentes dos respetivos serviços, de onde resultaram alterações que foram compiladas pelo Departamento Financeiro até à proposta final a apresentar aos Órgãos Municipais.

No cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, foram igualmente realizadas reuniões com todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal e com os presidentes de Juntas e Uniões de Freguesia do concelho.

Neste momento, afigura-se da mais elementar justiça transmitir por este meio o nosso profundo agradecimento a todos os colaboradores que estiveram envolvidos na elaboração do Orçamento e GOP, nomeadamente às equipas e serviços municipais que, muitas vezes, tiveram que abdicar dos seus compromissos pessoais e familiares para dar resposta a esta necessidade, a que acresceram os desafios adicionais de aplicação ao documento das novas estruturas orgânicas (Nuclear e Flexível) da Câmara Municipal de Coimbra, aprovadas em 2022 e publicadas no Diário da República – 2.ª Série, de 14 de novembro, e de elaboração de um orçamento de base zero em alguns Departamentos.

Obrigado, por isso, pelo vosso empenho e dedicação!

II.

Uma vez ultrapassados os efeitos da pandemia COVID-19 na atividade da Câmara Municipal de Coimbra, que, entre março de 2020 e setembro de 2022, representaram um valor total de 3,3 M€ (resultante de um acréscimo da despesa de 1,6 M€ e de uma quebra de receita de 1,7 M€), o Orçamento para 2023 foi elaborado num contexto de elevada imprevisibilidade, que nos obriga a ser bastante contidos e prudentes, devido à influência adversa de fatores exógenos.

Com efeito, cerca de nove meses após o fatídico dia 24 de fevereiro de 2022 em que se concretizou a invasão ilegal da Ucrânia pela Federação Russa, são inegáveis os efeitos catastróficos daí resultantes para todo o mundo, embora com particular incidência no Velho Continente. De facto, os indicadores de confiança da Zona-Euro e das principais economias europeias (Alemanha, França, Itália e Espanha) apresentam uma clara tendência de quebra, assim como parece inevitável a ocorrência de uma recessão no Inverno 2022-2023, para isso concorrendo a autêntica escalada dos preços da energia (eletricidade e gás natural) e dos bens e serviços em geral, bem como o aumento das taxas de juro pelo Banco Central Europeu (com vista a travar a inflação, que vem atingindo máximos históricos desde a criação da moeda única) que agravou significativamente o serviço da dívida, com tendência a piorar.

Como é inevitável, esta conjuntura económica e financeira fortemente desfavorável introduziu uma componente de elevada incerteza nas perspetivas orçamentais do Governo para 2023 e anos seguintes, e vem penalizando severamente as pessoas e as empresas em Portugal (em resultado da evolução exponencial da taxa de inflação a nível nacional e internacional e da dificuldade de abastecimento de materiais e de mão-de-



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

obra), assim como os Municípios, que têm uma forte interligação com a situação económica e social do país (nomeadamente quanto ao cumprimento dos objetivos e metas orçamentais estabelecidas no âmbito das políticas de convergência da União Europeia relativamente ao défice e à dívida pública), decorrente da sua Missão.

De acordo com o cálculo dos nossos serviços, em 2022 e 2023, o impacto da guerra na Europa nas contas municipais estima-se que vá atingir 12 milhões de euros, o que além de ter impedido a execução das GOP previstas para 2022, implica que o exercício orçamental para 2023 seja perspetivado com sérios condicionalismos, com forte ameaça sobre as receitas previstas e potenciais acréscimos de despesa (não controláveis pelo município) e que podem revelar-se uma forte condicionante ao desenvolvimento da nossa atividade, em resultado de um aumento verdadeiramente exponencial no custo dos materiais, das empreitadas e dos fornecimentos em geral, bem como nas revisões extraordinárias de preços.

Este é, pois, o quadro geral em que foram elaborados os documentos que se apresentam para aprovação a esta Câmara, e onde estão contemplados desde logo acréscimos muito significativos de 1,5 M€ nas despesas com combustíveis e lubrificantes, de 1,3 M€ no gás natural e de 350 mil€ nos juros e outros encargos.

III.

Feito este enquadramento geral, passemos então à apresentação dos documentos previsionais para 2023.

Em primeiro lugar, a proposta de Orçamento que aqui hoje apresentamos totaliza 174,9 M€, prevendo-se uma poupança corrente de 24,8 M€ que financia as Despesas de Capital, cumprindo a regra do equilíbrio orçamental global prevista no n.º 1 do artigo 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI).

O valor total do Orçamento representa um acréscimo de 7,2 M€ (+ 4,3 %) relativamente ao Orçamento inicial aprovado para 2022, e é inferior em 4,2 M€ (- 2,3 %) ao orçamento atual (após modificações orçamentais até 25/11) de 2022.

A este respeito, deve realçar-se que existem compromissos já registados em 2022 (e previsíveis de transitar para 2023) no montante de 14,8 M€ (que podem decrescer ainda com os pagamentos a efetuar até final do ano), bem como compromissos já registados para 2023 no total de 40,1 M€ (relativos a despesas de funcionamento e de capital, não incluindo despesas com pessoal), os quais asseguraremos com competência e rigor.

Nesta proposta, as receitas correntes são de 148,7 M€ (85% da receita total), as receitas de capital são de 25 M€ e as receitas não efetivas (Ativos e Passivos Financeiros, isto é, tranches recebidas de empréstimos, essencialmente contraídos junto do BEI) de 1,2 M€.

Como podemos ver em termos da desagregação das receitas correntes, a grande fatia do Orçamento Municipal é constituída por impostos diretos (50,4 M€), nos quais tem uma maior expressividade o IMI (cerca de 25,7 M€) e o IMT (16,6 M€). Podemos, pois, afirmar que os impostos sobre o Património são aqueles que representam a maior parte da receita de financiamento da atividade municipal, e que se estima um acréscimo dos Impostos Municipais em 2,8 M€ (+ 5,8 %) relativamente a 2022.

Por sua vez, as transferências correntes constituem a segunda principal fatia do Orçamento da receita, representando 43,7 M€, provenientes sobretudo de impostos do Estado (23,1 M€) e da transferência de competências na Educação, Saúde e Ação Social (15,9 M€).

Nas receitas de capital, destaca-se o peso das participações por fundos estruturais europeus e outras participações do Orçamento do Estado, na ordem dos 22,9 M€, e os empréstimos contraídos juntos do BEI, no valor de 1,2 M€, de utilização prevista em 2023, associados à requalificação do Parque Manuel Braga e à Promoção da eficiência energética na frota dos SMTUC.

No que concerne à vertente da despesa, as despesas correntes estimam-se em 124 M€ (70,86 % da despesa total, representando um aumento de 8,5 % face ao orçamento de 2022 inicial e de 0,32 % face ao atual, após modificações orçamentais em 2022), as despesas de capital em 46,5 M€ e estão previstos 4,5 M€ para despesas não efetivas [Ativos e Passivos financeiros (amortizações de empréstimos contraídos)].

Nas despesas correntes, as componentes com maior relevância são a aquisição de bens e serviços (49,9 M€), onde se destacam as despesas relativas a alimentação e transportes escolares, energia elétrica, recolha,



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

transporte e tratamento de resíduos sólidos urbanos, limpeza e higiene, e combustíveis, e as despesas com o pessoal (49,3 M€), onde se observa um forte acréscimo na componente salarial, que reflete o aumento do salário mínimo e a atualização do subsídio de refeição, assim como os aumentos médios previstos para a generalidade dos funcionários públicos e os ajustamentos na tabela remuneratória das carreiras gerais (que abrangem assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores). Neste contexto, deve realçar-se que os valores relativos ao impacto salarial inerente aos aumentos previstos para 2023, somente dos postos de trabalho atualmente ocupados, ascende a 3 M€, a que irão naturalmente crescer os encargos inerentes aos novos postos de trabalho.

Por sua vez, as transferências correntes representam 13,3 M€, onde se incluem essencialmente transferências de competências para as Juntas e União de freguesia (4,4 M€, onde se verificam aumentos de 25% face a 2022 nos apoios ao funcionamento e de 5% na limpeza de vias, espaços públicos, sarjetas e sumidouros), para diversas instituições no âmbito da Cultura, Desporto e Ação Social (4,2 M€) e apoios de compensação do PART e PROTransp (3,0 M€), dos quais somente 20% são do orçamento municipal, pois o restante está compensado na receita.

Verifica-se também um reforço no subsídio de apoio à exploração dos SMTUC, que atinge 8,7 M€, representando uma compensação no custo social dos transportes.

Desagregando as despesas de capital, pode constatar-se que a aquisição de bens de capital é a componente com maior expressividade, representando 39,7 M€. Neste montante estão incluídos os elevados investimentos realizados com cofinanciamento de fundos estruturais no âmbito do PRR e do acordo de parceria Portugal 2020 (em relação ao qual todos os projetos devem estar executados em termos físicos e os respetivos pagamentos efetuados até junho de 2023), que totalizam 28,5 M€.

A partir da análise da aplicação prevista da receita na despesa por funções, que evidencia como são aplicados os rendimentos municipais, é possível ainda concluir que as Funções Sociais representam cerca de 50% (destacando-se Ensino, Habitação, Ordenamento do Território e Cultura), seguindo-se as Funções Gerais com 21% (em que se destaca a Administração Geral), as Outras Funções com 16% (incluindo, sobretudo, a Transferência entre Administrações, que se referem essencialmente às transferências para as Juntas de Freguesias no âmbito dos Protocolos de Delegação de Competências e Contratos Interadministrativos e às transferências para os SMTUC respeitantes à Compensação no Custo Social dos Transportes) e as Funções Económicas com 13% (em que o maior peso vai para os custos com os Transportes Rodoviários).

IV.

Como é consabido, as Grandes Opções do Plano (GOP) definem as linhas de desenvolvimento estratégico do Município e incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes, constituindo o elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia.

Neste contexto, as GOP para 2023, onde estão inscritas dotações orçamentais no valor de 102,9 M€ (dos quais 39,7 M€ para o Plano Plurianual de Investimento e 63,2 M€ para as Atividades Mais Relevantes), verificam um decréscimo de 5,2 M€ face ao valor inicial de 2022 e de 9,6 M€ face ao valor atual, estando estruturadas em torno de 7 pilares fundamentais:

1. Planeamento, Reabilitação e Qualificação Urbana | (35,5 %)
2. Coesão Territorial e Desenvolvimento Socioeconómico | (13,1 %)
3. Solidariedade, Inclusão e Humanismo | (24,8 %)
4. Cultura, Artes e Conhecimento | (5,2 %)
5. Educação, Desporto e Juventude | (18,8 %)
6. Saúde e Bem-Estar | (2,2 %)
7. Promoção da participação dos seus cidadãos | (0,4 %)

A imagem apresentada reflete, precisamente, a expressão de cada um dos objetivos estratégicos que compõem as GOP, destacando-se essencialmente:

- Planeamento, Reabilitação e Qualificação Urbana (35,5% | 36,6 M€)



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

com a Promoção da Habitação, Reconstrução e Renovação Urbana (11,5 M€), as Infraestruturas Sanitárias e de Higiene Pública (6,3 M€), a Reabilitação Urbana (4,7 M€) e a Inovação e Modernização Administrativa (4,3 M€) a assumirem os valores mais expressivos.

Assume especial destaque o “1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação” (cofinanciamento PRR), com uma dotação de 9,4 M€, que irá promover soluções habitacionais complementares aos projetos municipais de apoio ao arrendamento a custos acessíveis, e, ainda, a conclusão dos diversos investimentos com cofinanciamentos externos, por fundos estruturais, através de participações do Portugal 2020 – Centro 2020 – PEDU.

Salientam-se os projetos de modernização dos meios de cartografia, a aquisição/libertação de terrenos e edifícios, a iluminação pública, o “Sistema de Informação Cadastral Simplificada do Município de Coimbra” (com cofinanciamento europeu) e o projeto “Street Food Corner”.

No setor do Ambiente, Espaços Verdes e Jardins evidencia-se o elevado esforço municipal com a continuidade dos contratos de recolha e tratamento de resíduos e limpeza urbana, e prevê-se realizar, após garantia de financiamento pelo PT 2030, o novo Centro Oficial de Recolha de Animais de Companhia e o Parque de Matilhas, e ainda a possibilidade de desenvolver o Roadmap para a Transformação Circular: Coimbra 2021-2030, a Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses, Pacto dos Autarcas, e outros na área ambiental, a conclusão do Centro de Desportos Náuticos, a modernização dos serviços da autarquia, incluindo medidas de inovação e melhoria das condições de trabalho, a desmaterialização de processos, as “Hortas Urbanas” e a construção/manutenção dos espaços verdes.

- **Solidariedade, Inclusão e Humanismo (24,8 % | 25,5 M€)**
com destaque para a Função Social do Transporte Público (15,4 M€), salientando o elevado esforço municipal para a política de mobilidade e transportes, prosseguindo o investimento e apoio ao funcionamento dos SMTUC, apoios do Estado (PART) e (PROTransp) e o Sistema de Bilhética da Sociedade Metro Mondego, e a Descentralização e Apoio às Uniões e Juntas de Freguesia (8,5 M€) em que estão incluídas dotações orçamentais de Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos, transitados de 2018 a 2022, por executar, e os novos Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos de 2023 (verificando-se um aumento de 25% na componente de apoio ao funcionamento).
Salienta-se, ainda, um largo conjunto de projetos e ações, em importantes parcerias com instituições de solidariedade social, para apoio aos cidadãos mais afetados pela desigualdade social, exclusão, em situação de sem abrigo e população idosa, de grande importância na atual conjuntura socioeconómica e evolução imprevisível.
- **Educação, Desporto e Juventude (18,8% | 19,3 M€)**
com destaque para os 12,2 M€ afetos à rubrica Igualdade de Oportunidades para a Educação, que abrange um largo conjunto de projetos para o apoio ao funcionamento das escolas, a nível da Ação Social Escolar (auxílios económicos, manuais e material escolar), de alimentação e transportes escolares, gastos das escolas e a transferência de competências na área da educação. Salienta-se, também os projetos complementares de apoio à família, assim como investimentos em infraestruturas do ensino pré-escolar e ensino básico.
- **Coesão Territorial e Desenvolvimento Socioeconómico (13,1% | 13,4 M€)**
neste setor, os valores mais expressivos são relativos a Equipamentos e Infraestruturas Estruturantes, com 2,3 M€ (o principal investimento diz respeito à conclusão da estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte de Santa Clara e o Açude-Ponte com cofinanciamento europeu) e a estabilização das encostas do Centro de Convenções e Espaço Cultural/Convento S. Francisco. As Acessibilidades/Vias Complementares, com 4,1 M€, o Ordenamento do Tráfego e Circulação, com 2 M€ e as Acessibilidades/Vias estruturantes com 1,3 M€ (dos quais se destacam a Estrada de Eiras, manutenção e beneficiação de estradas municipais e conclusão dos projetos do PEDU, designadamente os Caminhos pedonais da Cruz de Celas/Baixa, Santa Clara, Arregaça e Loios e Santa Clara/Calçada de Santa Isabel), são igualmente importantes projetos.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Dinamização e Promoção do Turismo apresenta uma dotação de 1,4 M€, que inclui diversos investimentos de animação e promoção turística, entre os quais os concertos dos Coldplay, que será parcialmente coberta pela implementação da taxa turística (1 € por pessoa/dormida, com algumas exceções), com uma receita previsível de 700 mil€, a ser reinvestida no setor com vista ao melhoramento das infraestruturas turísticas, o que traduz um reforço importante nesta vertente.

- *Cultura, Artes e Conhecimento (5,2% | 5,4 M€)*
destinados essencialmente à Valorização do Património Histórico e Cultural com 2 M€ sobretudo para os contratos programa de obras e Wi-Fi no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e Museu Machado de Castro, cofinanciados pelo PRR, e diversas atividades do Museu Municipal. Na Difusão do Livro e da Leitura destacam-se as comemorações do centenário da Biblioteca Municipal de Coimbra. Nos Espaços Culturais destacam-se as atividades e funcionamento do Centro de Congressos e Espaço Cultural – Convento de São Francisco, e o projeto de aquisição de equipamentos de projeção digital, para diversas infraestruturas culturais, financiado pelo GEPAC, no âmbito do PRR. As iniciativas culturais relevantes e o apoio ao associativismo cultural atingem o valor muito significativo de 1,5 M€.
- *Saúde e Bem-Estar (2,2% | 2,3 M€)*
tratando-se de uma área recente, destaca-se sobretudo a construção da Extensão de Saúde de Taveiro (Casa da Criança) com candidatura submetida ao PRR, a descentralização na área da saúde e a Estratégia e o Observatório Municipal de Saúde, sempre com o propósito de avaliação e melhoria contínua da Saúde dos conimbricenses.
- *Promoção da participação dos seus cidadãos (0,4% | 400 mil €)*
na vertente da participação dos cidadãos nas políticas públicas, será colocada ênfase na finalização de projetos no âmbito dos Orçamentos Participativos de 2019 e de 2020, estando previsto ainda um novo Orçamento Participativo.

Deve realçar-se ainda que as Grandes Opções do Plano contemplam um valor total de 83 M€ de financiamento não definido, cuja concretização poderá efetivar-se mediante o recurso a eventuais fontes de financiamento externas.

V.

À guisa de conclusão, reforçamos que este é um orçamento de contenção e de rigor, pautado pela transição entre dois quadros comunitários (e, por consequência, ainda sem novos financiamentos no âmbito do Portugal 2030 e focado na conclusão física e financeira dos projetos financiados pelo Portugal 2020), assim como pela indefinição causada pela instabilidade económica e financeira que se vive no mundo devido à guerra na Ucrânia e que já condicionou fortemente o cumprimento das GOP previstas para 2022. Como referi anteriormente, estima-se que a subida da inflação e dos preços dos materiais, energia e combustíveis tenha um impacto negativo no orçamento municipal, nos anos de 2022 e de 2023, de aproximadamente 12M€.

Um orçamento que, embora restritivo, apresenta um aumento de 7M€ relativamente ao do ano transato, devido em grande parte à aposta no projeto Habitação Social/I.º Direito, e que tem já um forte cunho deste Executivo Municipal.

Basta ver que, apesar da dificuldade de incluir novos grandes projetos, este documento espelha já as opções do Executivo, incluindo, a título de exemplo:

- *A aquisição das duas salas de cinema do Edifício Avenida (garantindo assim o futuro à Casa do Cinema)*
- *A aposta na redinamização económica e cultural da Baixa de Coimbra*
- *A realização de quatro concertos dos Coldplay*
- *A desmaterialização do setor do Urbanismo, que se traduziu na redução em 60% do tempo de resposta*
- *O projeto Busquets para a nova estação central intermodal de Coimbra*
- *As várias melhorias introduzidas na obra do Sistema do Metro do Mondego, tal como a pedonalização do Passeio Ribeirinho de Aeminium*
- *A adesão ao Pacto de Autarcas*
- *A adesão à Carta Europeia para a Igualdade e criação do Plano Municipal da Igualdade*



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- *A implementação para o ano 2023 de uma política fiscal mais amiga das famílias (pela redução da taxa de IMI em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar) e das empresas (redução da taxa normal de derrama para 1,45% sobre o volume de negócios superior a 150.000 euros), sem aumentos de outras taxas ou das rendas sociais*
- *O trabalho conjunto com os parceiros relevantes de forma a potencializar os talentos formados em Coimbra e permitir que este concelho seja a primeira escolha para os investidores e criadores de emprego, tirando partido dos nossos excelentes sistemas de ensino e saúde, bem como da nossa centralidade geográfica, cosmopolitismo e de uma renovada capacidade de atração de pessoas de todo o mundo para aqui estudar, trabalhar e viver. A instalação da Airbus na cidade é já um sinal inequívoco da mudança a este nível, e outras empresas multinacionais colocam agora Coimbra no seu radar!*

Um orçamento que espelha, ainda, uma das aprendizagens retirada do primeiro ano de mandato: é essencial gerir melhor os recursos humanos, fazer mais com menos, correspondendo, contudo, às expectativas de progressão e apreciação profissional dos trabalhadores. Essa aprendizagem levou à redução significativa do Mapa de Pessoal, em cerca de 5% (à custa de lugares não ocupados), depois de verificado o elevado peso dos salários no orçamento municipal (superior a 60 milhões de euros anuais, entre a Câmara e os SMTUC).

Deve ainda realçar-se que, apesar de ser de rigor e contenção, este orçamento contempla o maior apoio de sempre por parte da Câmara Municipal ao funcionamento das Freguesias e União de Freguesia (agora encaradas como verdadeiras parceiras da Câmara), com uma dotação definida que é superior em cerca de 500 mil euros à do ano de 2022.

Pretendemos, em síntese, prosseguir com uma gestão financeira equilibrada, rigorosa, transparente, mas determinada e ambiciosa, que espelha já o cumprimento dos compromissos que assumimos quando tomámos posse em outubro de 2021 e que visam, como já referiu o Senhor Presidente, manter o equilíbrio orçamental, cumprir a descentralização, reforçar as Freguesias, garantir apoios sociais suficientes em função das necessidades, melhorar os transportes coletivos e a qualidade de vida das pessoas nas suas múltiplas dimensões, promover o desenvolvimento de vários clusters, afirmar e fortalecer a marca Coimbra, e promover o desenvolvimento económico e social sustentáveis e a criação de emprego no Concelho.

Esta é a nossa visão para Coimbra e o compromisso que está espelhado nos documentos que ora apresentamos: as Grandes Opções do Plano e o Orçamento 2023, que constituem o instrumento de maior relevância na expressão das opções políticas deste Executivo com vista a TRANSFORMAR, MODERNIZAR E ACELERAR COIMBRA, cumprindo assim o compromisso assumido com os conimbricenses!”

A Senhora **Vereadora Regina Bento** agradeceu a exposição do Senhor Vereador Miguel Fonseca e o excelente trabalho dos senhores dirigentes e trabalhadores do Departamento Financeiro. Antes de iniciar a sua intervenção principal, a Senhora Vereadora questionou o Senhor Vereador Miguel Fonseca se já tinha uma previsão de qual será o saldo de gerência no final de 2022.

O Senhor **Vereador Miguel Fonseca** respondeu que, segundo informações do Departamento Financeiro, rondará os 8 milhões de euros.

A Senhora **Vereadora Regina Bento** mencionou que, ainda assim, nas outras receitas correntes, uma rúbrica que o Senhor Vereador Miguel Fonseca não decompôs, há uma previsão de 36 milhões de euros, o que excede largamente o saldo de gerência que, tradicionalmente, é onde se incorpora este saldo. Assim, a Senhora Vereadora disse que fica com muitas dúvidas como é que se pretende executar um orçamento que cresce relativamente ao ano de 2022, o que não seria previsível dado todo este contexto. Deste modo, perguntou como é que se pretende executar 174 milhões de euros de orçamento, diminuindo as Grandes Opções do Plano (GOP) em cerca de 6 milhões de euros e, por outro lado, aumentando o orçamento de funcionamento em 7 milhões de euros. Neste sentido, a Senhora Vereadora Regina Bento proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Este é um orçamento de alto risco (com empolamento da receita), que exige uma gestão rigorosa, muito apertada, sob pena de se chegar a meados do ano e não se conseguir honrar compromissos com fornecedores...”

Estamos muito preocupados com a forma como o orçamento foi construído, mas não seremos irresponsáveis em votar contra o orçamento do Município quando estamos no meio de uma guerra da Europa... nós compreendemos e somos sensíveis a esse contexto, Senhor Presidente, mas também não serve de desculpa para tudo! Ao contrário do Senhor Presidente e da Senhora Vereadora Ana Bastos que, enquanto Vereadores da Oposição, votaram sempre contra os orçamentos do Partido Socialista, mesmo em plena pandemia, quando era preciso aprovar medidas de apoio às famílias, associações e empresas.

Não votaremos contra, apesar de terem sido completamente ignoradas as propostas apresentadas pelo PS ao abrigo do Estatuto da Oposição, mas exigimos um acompanhamento próximo da execução orçamental, solicitando que o Senhor Presidente traga à Câmara mensalmente um balancete com a previsão anual ajustada da receita e os compromissos assumidos.

Penso que o Senhor Presidente não terá nenhum problema com isso, até porque é apologista da máxima transparência...

Também seria mais sério por parte do Senhor Presidente assumir claramente que face ao contexto da guerra na Europa, que sucedeu ao contexto de pandemia, não consegue honrar as promessas que fez em campanha. Não consegue transferir 10% do orçamento para as Freguesias, não consegue reforçar a cultura e o desporto, entre outras.

Seria mais sério do que tentar passar uma narrativa de que vai aumentar em média 25% das transferências para as Freguesias, quando os números são postos a nu com os documentos distribuídos. Essa é uma total falácia que o Senhor Presidente construiu para contornar a realidade.

As transferências para as Freguesias diminuem 672.000€! O programa “Descentralização e Apoio às Uniões e Juntas de Freguesia” tem uma dotação para 2023 de 8,5M€ (muito longe dos 10% do Orçamento!). Não há obras novas para 2023. As obras inscritas são as mesmas de 2022!

Este é um orçamento de cortes. Um orçamento que não apoia as famílias nem as associações.

Cortes na Cultura, mas sobre isso falará a Vereadora Carina Gomes.

Cortes na Educação e no Desporto. As dotações do objetivo “Cidade Educadora, do Desporto e da Juventude” decrescem mais de 3M€. O programa Igualdade de Oportunidades para a Educação tem um corte de 1,5M€, o que nos deixa especialmente preocupados dada a recente memória do conturbado início do ano letivo. A Educação Pré-Escolar não é claramente uma prioridade para este Executivo, tendo uma dotação de pouco mais de 100.000 euros. As dotações do Desporto diminuem quase 2M€, o que deixará em maus lençóis muitas associações e clubes do concelho.

Mas também há cortes significativos na reabilitação urbana (-3,6M€), no Ordenamento de Tráfego e Circulação (-1,6M€), nos Equipamentos e Infraestruturas Estruturantes (-2,7M€).

O que é que aumenta então, já que o orçamento aumenta cerca de 7M€.

Aumentam as despesas de funcionamento.

Só as despesas com pessoal aumentam mais de 7M€. Os encargos com dirigentes representam mais de 2M€, aumentando meio milhão de euros, em relação a 2022, e não refletem ainda integralmente o peso da nova estrutura orgânica aprovada pelo Executivo.

Reitero que este é um orçamento de alto risco que exige um rigoroso acompanhamento, pelo que reitero o pedido que já anteriormente fiz de mensalmente o Senhor Presidente trazer a esta Câmara os mapas de execução orçamental e dos compromissos assumidos.”

Neste sentido, a Senhora Vereadora Regina Bento acrescentou que os Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista irão abster-se na votação porque são diferentes, sendo uma oposição construtiva e não vão impedir que o Senhor Presidente execute este orçamento com os votos contra do Partido Socialista.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Senhora **Vereadora Carina Gomes** disse que gostaria de agradecer ao Senhor Vereador Miguel Fonseca a apresentação e sobretudo aos serviços municipais o excelente trabalho que, mais uma vez, fizeram. Neste sentido, a Senhora Vereadora Carina Gomes proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

“As Grandes Opções do Plano e Orçamento devem ser o espelho das opções de um Executivo, isto é, das grandes ideias que nortearam o programa político de quem venceu as eleições.

Ora, isso não é, de todo, o que acontece neste documento, em que os grandes objetivos ainda são os que foram definidos pelo Partido Socialista. Expressões como “Cidade Solidária e Humanista”, “Cidade da Cultura, das Artes e do Conhecimento”, “Cidade Educadora, do Desporto e da Juventude” e “Cidade da Saúde”, que são os objetivos das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023 são, na verdade, os grandes títulos do programa eleitoral do Partido Socialista! Que a mega coligação não se tenha apercebido disso o ano passado ou já não tenha tido tempo de alterar, quando tomou posse, é compreensível. Mas que esses continuem a ser os grandes objetivos norteadores da ação da mega coligação é, no mínimo, estranho e caricato.

Uma segunda nota, ainda generalista, tem que ver com a imensidão de rubricas abertas e dotadas com apenas 10 euros. Se bem se recordam, este era um dos motivos que, sistematicamente, motivava o voto contra do Senhor Presidente e da Senhora Vereadora Ana Bastos, quando estavam na oposição, relativamente às GOP apresentados pelo Partido Socialista. Ora, por uma questão de coerência, espera-se que ambos votem contra o seu próprio orçamento.

Se considerarmos as GOP iniciais para 2022, com a proposta para 2023, verifica-se uma redução objetiva de 1.389.040€ (um milhão, trezentos e oitenta e nove mil e quarenta euros) na área da cultura, passando de 6.785.193€ (seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, cento e noventa e três euros) para 5.396.153€ (cinco milhões, trezentos e noventa e seis mil, cento e cinquenta e três mil euros) e, destes cerca de 5 milhões e trezentos, 1.465.893€ (um milhão, quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e três mil euros) correspondem aos projetos de reabilitação do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e do Museu Nacional de Machado de Castro, contratualizados com o Ministério da Cultura e tratadas ainda pelo Executivo do Partido Socialista.

Esta redução não se deve apenas ao desaparecimento da ação relativa à Candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura, uma vez que há várias reduções concretas, designadamente na “Promoção dos Produtos Culturais de Coimbra” (passa de 32.560€ para 6.030€), na “Difusão do Livro e da Leitura” (passa de 432.793€ para 319.473€), nos “Espaços Culturais” (reduz de 1.794.180€ para 1.522.170€) e sobretudo no “Apoio ao Associativismo Cultural” (que diminui mais de duzentos mil euros, de 1.079.160€ para 826.630€). Mas se atentarmos nas GOP finais de 2022, esta redução é ainda mais drástica, passando de 1.499.184,00€ (um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, cento e oitenta e quatro euros) para 826.630,00€, o que corresponde a um corte de 45% no apoio ao associativismo cultural para 2023. Para quem prometeu aumentar substancialmente a dotação para cultura, aqui está um corte de 45% para as associações culturais.

Numa análise mais detalhada, gostaria de fazer algumas observações e outras tantas questões, que demonstram que este é um orçamento de festas e que deixa sem suporte as associações culturais que, para manterem a sua atividade também têm contas a pagar. Este Executivo está mais preocupado com show-off e menos com a garantia de sustentabilidade das associações culturais.

Desde logo, no projeto Valorização do Património Histórico e Cultural, consta o Convento de Santa Clara-a-Nova, a conceção e instalação de uma Estátua de D. Afonso Henriques e a conceção e criação de um Passeio da Fama. Gostaríamos que nos esclarecesse se há algum contrato interadministrativo que permita à Câmara fazer alguma intervenção em Santa Clara-a-Nova e em que consiste o designado Passeio da Fama. A sério, num clima de guerra e de crise económica, o Passeio da Fama, seja lá isso o que for, é uma prioridade para esta Câmara?

No mesmo projeto, há uma nova ação designada “Consultadoria para candidaturas e estudos na área cultural?”, em que se prevê uma dotação de 25.010€. Gostaríamos de saber qual é o objetivo desta ação, uma vez que o Senhor Presidente se tem auto elogiado publicamente por, alegadamente, acabar com todos os contratos de consultoria externa e garantir todos os serviços com recursos humanos internos. Com esta inscrição em GOP, cai finalmente o pano sobre a encenação que tentou criar em torno da questão das avenças.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Casa da Escrita, que sabemos que a Câmara quer entregar a outras entidades, está dotada com 30.000€ para aquisição de serviços e a re-idealizada Mostra de Doçaria, apresentada recentemente com tanta pompa e circunstância, está dotada com uns modestos 5.000€, o que é estranho, uma vez que é suposto realizar-se em março.

Em sentido contrário, mas facilmente explicável, a rubrica das “Iniciativas Culturais Relevantes” quase vê duplicada a sua dotação, situando-se em 628.284€ em 2023. E porquê? Porque infeliz e lamentavelmente voltámos à velha política de atribuição de subsídios sem prestação de contas e sem apresentação de projetos ou candidaturas. De acordo com este documento, independentemente das contas e dos projetos que apresentem, os Encontros de Fotografia terão um apoio de 185.000€. O Festival das Artes Quebra-Jazz, o Festival Linha de Fuga e o Festival Caminhos do Cinema Português têm menos sorte, uma vez que o financiamento definido é de apenas 10€, embora estejam previstos, já e respetivamente, 80.000€, 30.000€ e 35.000€. Ou seja, para que fique claro, independentemente das contas e dos relatórios que apresentem sobre a atividade do ano corrente, independentemente dos projetos que apresentem no próximo ano, estas associações vão receber estes montantes de subsídio da Câmara Municipal. É triste que, 10 anos depois, se volte a esta forma de fazer as coisas, uma forma em que as regras e os critérios para atribuição de financiamento contam menos do que as simpatias pessoais e as promessas eleitorais.

Finalmente, chegamos à tão esperada rubrica dos Projetos-Âncora de Alcance Estratégico que, embora tenha uma designação chique, tem os projetos todos dotados com 10€, incluindo o tão inovador Ecossistema Cultural, deixando antever um alcance afinal bastante curto para tais projetos. Mas todos a 10€, não. Um destes projetos, cuja execução e modo de atribuição vamos acompanhar com especial atenção, está dotado com 125.000€ e foi designado por “Protocolos e programação convergente Coimbra-Brasil”.

Na área da cultura, este documento seria cómico, se não fosse trágico.

Não posso terminar sem fazer uma referência breve ao orçamento global da juventude, e solidarizar-me com o Senhor Vereador Carlos Lopes. Se na área do desporto tem os cortes de que já falámos aqui hoje, a área da juventude está dotada com uns infelizes 27.000€, dos quais 7.000,00€ nem são para o Senhor Vereador executar, uma vez que se destinam às viagens dos jovens entre Coimbra e Poitiers. Os restantes 20.000€ destinam-se ao apoio ao associativismo juvenil. Estando as candidaturas a decorrer e tendo em conta as promessas feitas às associações, gostaríamos de saber o que pensam fazer com esta verba e desejar boa sorte ao Senhor Vereador para resolver este problema que poderia ter sido evitado.”

O Senhor Vereador Francisco Queirós iniciou a sua intervenção agradecendo a apresentação feita pelo Senhor Vereador Miguel Fonseca, cumprimentando o Departamento Financeiro que, como é habitual, faz um trabalho que considera bastante difícil e árduo, agradecendo, desta forma, aos seus dirigentes e a todos os seus funcionários. Deste modo, o Senhor Vereador Francisco Queirós proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

“As Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município configuram sempre um conjunto de propósitos, que permitem, essencialmente, apreciar quais as prioridades do executivo camarário.

O Orçamento agora proposto face à conjuntura atual, como era já expectável, evidencia os efeitos do aumento de despesa, fenómeno aliás que atinge a globalidade das autarquias. Assim, verifica-se o aumento considerável de despesa com energia e combustíveis, com o preço de materiais que encarece as empreitadas, mas também do aumento de despesa com pessoal, devido ao significativo acréscimo de trabalhadores, por via da descentralização de competências para as autarquias, sem correspondente transferência de verbas.

O impacto negativo da grave crise em curso é da ordem dos 12 milhões de euros, conforme consta do documento apresentado pela maioria “Uma visão estratégica para Coimbra 2023 – Um Orçamento de transição e de economia de guerra”.

No processo de análise e discussão das GOP e Orçamento Municipal para 2023, a CDU identifica diferenças consideráveis em relação ao que defende nas múltiplas áreas e que desde há muito apresenta. E apresentou-as à maioria. Desde as medidas de imediata execução, à implementação de medidas de médio prazo.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Sem prejuízo de outras tantas propostas voltadas para a melhoria das condições de vida dos munícipes nas suas várias dimensões, considera a CDU ser fundamental a adoção pela Câmara Municipal de Coimbra de um verdadeiro Programa Municipal de Combate à Crise Social e Económica.

A emergência social em que o país está imerso sujeita os cidadãos trabalhadores a um rápido e crescente empobrecimento, e os estratos sociais mais vulneráveis a enormes sacrifícios para assegurar a subsistência.

Não se ignora não ser competência do Município a tomada de decisões que possam reduzir os preços dos bens essenciais, pondo travões à especulação imoral que vem aumentando exponencialmente os lucros das empresas que controlam o circuito financeiro e a distribuição e venda de bens.

Tal não deverá implicar, porém, uma atitude de passividade – bem pelo contrário: exige-se do poder autárquico uma atuação que ultrapasse medidas pontuais e corresponda a uma estratégia estruturada de resposta aos problemas e mitigação dos respetivos efeitos.

Finalmente, consciente dos constrangimentos financeiros que a própria autarquia defronta, entende a CDU que uma tal situação, mais do que servir de justificação à aplicação de cortes transversais, deve ser base para criteriosas escolhas políticas, assim priorizando propostas com mais claros, imediatos e diretos proveitos sociais e económicos para os munícipes.

Recorda-se ainda que, parte substancial dos atuais constrangimentos, resulta da transferência para o município de competências até agora da responsabilidade do Estado Central, transferência a que a CDU sempre se opôs, tal como se opõe agora ao recurso a tal justificação para limitar ou eliminar investimento em áreas fundamentais para a vida dos munícipes.

Assinala-se que, no documento em apreciação, não se encontra ainda totalmente vertido o impacto que o Plano de Recuperação e Resiliência poderá vir a assumir no Orçamento/GOP, no sentido de crescer as suas capacidades de realização. Mais se justificará, portanto, a definição de três eixos estratégicos de intervenção imediata: combater a crise, melhorar a qualidade de vida, afirmar que as freguesias são também cidade.

Com base nos considerandos acima fixados, a CDU propôs à Câmara Municipal a adoção das medidas seguintes, organizadas pelos três eixos de intervenção:

1. COMBATER A CRISE

Propusemos a criação de um Programa Municipal de Combate à Crise Social e Económica com estudo e acompanhamento da evolução da situação económica e social dos munícipes, em articulação com várias entidades.

Ao nível da Intervenção social:

- Criação do Programa “Os Direitos são para ser usados”;*
- Promoção e articulação da ação das diversas entidades de apoio social, com destaque para o Centro Histórico;*
- Ao nível de apoios sociais à carência económica e perda de rendimento; apoio alimentar direto em refeições e apoio indireto em bens; apoio à infância, dirigido a famílias com filhos menores e em situação de carência económica e/ou perda de rendimento, entre outros.*

Ao nível da garantia do direito constitucional à habitação:

- Criação de um programa de habitação a curto prazo e de habitação de emergência;*
- Criação de uma linha de apoio ao arrendamento para munícipes em situação de emergência económica;*
- Desencadear mecanismos para a posse camarária de prédios devolutos;*
- Reformulação e alargamento do Programa “Coimbra com mais encanto”, com vista à concessão de apoios a reparações e à garantia de condições de habitabilidade para proprietários em comprovada situação de carência;*
- Disponibilização de habitação pública a custos controlados.*

2. QUALIDADE DE VIDA

Saneamento:

Reforçamos a necessidade de tudo fazer para que se assegure, a breve prazo, a cobertura a 100% da rede de saneamento no Concelho.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Acessibilidade e mobilidade:

- *Dar execução ao plano de mobilidade da cidade;*
- *Promoção e melhorar a acessibilidade na zona histórica da cidade;*
- *Assegurar a cobertura de todo o concelho pela rede de transportes públicos;*
- *Aumentar o financiamento aos SMTUC, exigindo a atribuição de indemnizações compensatórias diretamente do Orçamento de Estado; Aumento das linhas dedicadas no centro da cidade, com maior adequação de horários;*
- *Definição de parques de estacionamento na periferia da cidade;*
- *Regulação do transporte público no Concelho com revisão de acordos com operadores privados que prejudiquem a população.*

Educação e refeições escolares:

- *Avanço determinado na confeção da alimentação escolar nos estabelecimentos de ensino, criando condições para que o fornecimento seja assegurado por produtores locais;*
- *Alargamento do quadro de funcionários dos estabelecimentos escolares; Criação de uma rede pública de creches e alargamento a todo o Concelho da rede de jardins de infância e ATL's.*

Cultura, bibliotecas e arquivos:

Apresentamos propostas a diversos níveis:

- *da necessidade de garantia de financiamento para programação própria da biblioteca municipal ao início de um projeto de reabilitação, modernização e aumento da eficiência energética do edifício da Casa da Cultura e seus equipamentos (incluindo a intervenção na antiga cantina dos SASUC e abertura do edifício ao Jardim da Sereia);*
- *da urgente necessidade de definição da localização do novo edifício para o Arquivo Geral Municipal, para que se possa avançar com o respetivo projeto e construção;*
- *da importância de dar continuidade à digitalização do arquivo geral e histórico do município, dotando os serviços dos recursos humanos necessários e em falta*

Espaços Verdes e Jardins:

- *Garantir verbas e financiamento para que se dê início à requalificação dos jardins históricos da cidade;*
- *Dar execução ao projeto de requalificação do Rebolim;*
- *Adquirir os meios necessários para a substituição efetiva do uso do Glifosato no Concelho e exigir a mesma atuação a todas os intervenientes no espaço público;*
- *Proceder ao levantamento das zonas do Concelho desprovidas de parques infantis, equipamentos geriátricos e de zonas verdes de lazer.*

Serviço Médico-Veterinário:

- *Definição da localização para construção do novo Centro de Recolha Oficial;*
- *Alargar a instalação de abrigos e postos de alimentação para gatos em Programas CED, em cooperação com as Juntas de Freguesia;*

Agricultura e Hortas Urbanas:

Instalação da unidade orgânica camarária dedicada a esta nova área de atuação, alocando os necessários e adequados recursos humanos e financeiros;

3. AS FREGUESIAS SÃO TAMBÉM CIDADE

É indispensável mobilizar o contributo dos eleitos das freguesias para melhorar a vida na nossa Cidade, em correspondência a uma permanente reivindicação da CDU e em linha, de resto, com o compromisso eleitoral da atual maioria em triplicar os recursos financeiros das freguesias, até aos 10% do orçamento camarário.

Assim, propusemos:

- *aumentar as transferências para as Freguesias de forma a garantir o seu funcionamento e o cumprimento dos seus projetos;*
- *garantir, neste ano e no próximo, a execução dos contratos interadministrativos, ultrapassando a atualmente reduzida taxa de execução; aumentar a capacidade das Freguesias para a execução de*



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

obras locais; entregar, no curto prazo, os projetos em falta para a execução de obras pelas Juntas de Freguesia;

- lançar um programa integrado de investimentos para assegurar a mobilidade entre as freguesias periféricas e a cidade, com incidência quer na rede viária quer nos transportes públicos.*

Estas propostas mantêm toda a sua atualidade e, em larga medida, implicam poucos custos financeiros para a sua concretização.

Na verdade, em causa está a vontade política em traçar outros rumos.

Genericamente, na proposta apresentada, não se encontram novos programas ou projetos, designadamente anunciados no programa eleitoral da maioria. Vemos com preocupação as dotações propostas na maioria das áreas e nomeadamente na área da cultura, tanto mais que as políticas anunciadas nesta área são ainda uma incógnita em nada diminuindo a nossa apreensão.

Verificamos que para os programas e projetos fundamentais previstos nas áreas de gestão delegadas na CDU haverá condições de concretização, ainda que careçam de facto, e exigimo-lo, de reforços posteriores de meios.

Constatamos como positivos os avanços dos reforços nas áreas das freguesias, correspondendo a uma exigência central da CDU. A área da Habitação assume um destaque evidente, o que se reconhece e decorre do valor do trabalho anterior da CDU no lançamento da Estratégia Municipal de Habitação e de diversas candidaturas para a reabilitação da habitação municipal.

Deste modo, e neste quadro e momento de avaliação dos documentos previsionais das GOP e Orçamento da Câmara para 2023, entendendo que não são os que correspondem ao nosso programa, o que se compreende, mas também tão pouco incluem várias das orientações que consideramos fundamentais para o desenvolvimento do concelho, a CDU não votará favoravelmente a proposta apresentada, mas não inviabilizará a sua aprovação. A CDU abstém-se.

A CDU manter-se-á firme quanto à exigência de que novos passos sejam dados pelo executivo ao encontro destas nossas propostas.

Como sempre, a CDU afirma-se responsável e disponível, em todas as circunstâncias, na procura das melhores soluções para o concelho, esperando que a uma nova visão estratégica venha a corresponder a concretização de novas políticas municipais.”

O Senhor Vereador José Dias proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

“O Partido Socialista ficou estarrecido com a intervenção do Senhor Presidente. Vive numa realidade completamente paralela ou, como infelizmente será mais plausível, continua no caminho do engano sucessivo a Coimbra e aos seus municípios: por um lado diz-nos que há um contexto difícil que compromete a concretização de um bom orçamento; mas por outro continua a vender ideias futuristas e que não tem conseguido implementar. Um mundo de contradições.

Mas o que verificamos neste orçamento?

Cortes brutais na cultura (mas paradoxalmente falam de grandes polos e ecossistemas culturais), no desporto (mas referem a intenção de reforço de clubes e associações), na juventude (quando nada se fez para a fixação dos jovens), no ambiente (referem que a visão é amiga do ambiente, mas não se encontram os investimentos). Num contexto difícil com consequências da pandemia e da guerra da Ucrânia, é certo, mas não explica que o PS tenha governado em pandemia e tenham exigido inúmeras propostas com grande impacto orçamental ao tempo.

Toda a campanha eleitoral andou, aliás, à volta deste tema. Relembro o conjunto das medidas propostas por José Manuel Silva e Ana Bastos, em plena pandemia, e o peso financeiro delas.

112 foram as propostas mágicas no período eleitoral, de aplicação imediata para salvar Coimbra. Uma fábula que começou nos seus anos de oposição, seguiu ao longo das eleições e agora aqui vemos novamente nesta discussão. Faltaram à verdade em todos estes momentos, pois sabiam das consequências da pandemia e, agora, conhecem as consequências da guerra.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Acrescenta-se ainda que no primeiro ano propalaram que não conseguiam implementar um orçamento próprio. Agora que têm oportunidade, não concretizam as promessas. Faltaram à verdade, Senhor Presidente, admita-o.

Há 3 áreas que são particularmente chocantes na maneira como foram deixadas de fora ou que tiveram uma redução brutal. Estou totalmente de acordo com a sinceridade do Vereador Miguel Fonseca, que aliás protagonizou uma das poucas verdades aqui ouvidas hoje: este é um orçamento do Somos Coimbra, do PSD e do CDS e mostram a visão desta maioria, já não existindo ilusões sobre as intenções desta mega-coligação. Apesar dos objetivos serem os do PS, a engenharia financeira é totalmente vossa:

1.º O total desprezo pelo ambiente. Não aprenderam nada com os casos e disputas que foram levantando contra a cidade. As pessoas mais do que nunca estão sensibilizadas para os espaços verdes, para a economia circular, para o apoio tecnológico na transição climática, para a luta a ser feita aos agentes poluentes que todos os dias respiramos. O Programa Municipal para as Alterações Climáticas mereceu uns simbólicos 10 euros para a sua implementação, sendo representativos da estratégia ambiental do Município.

2.º Cortar e taxar quem tanta dificuldade tem: famílias, associações e empresas.

Temos uma ausência total de medidas de apoio a empresas, associações e famílias. Ainda bem que o Governo do PS está a realizar uma gestão rigorosa do seu orçamento porque é a única almofada dos portugueses até ao momento, ao contrário da inação desta Câmara. Não existem medidas de apoio neste orçamento. Zero. No momento mais complicado das vidas dos conimbricenses e que ainda irá piorar muito ao longo de 2023. O que se esperaria, logicamente, seria a proteção dos nossos concidadãos.

3.º Em mais um ano de enorme entrada no ensino superior de muitos jovens talentosos, nada foi feito para os segurar e dar melhores condições. Não fossem os apoios do Governo e o trabalho diário, de reconhecido mérito, das nossas instituições de ensino superior, e estes jovens muita dificuldade teriam durante o presente ano letivo. Foi anunciado há 2 reuniões um plano para alojamento estudantil, acompanhando aliás o pedido do PS e todas as outras grandes cidades. Mas que apoios merecem estes jovens, nesta vertente, no orçamento 2023? Nenhum.

Continuamos a ouvir as mesmas desculpas de sempre: nunca é culpa deste executivo. Temos um concelho inimigo do ambiente, mas José Manuel Silva não tem responsabilidade. Temos uma cidade com problemas na oferta de alojamento estudantil, mas José Manuel Silva não tem responsabilidade. Temos uma cidade que não receberá apoios a famílias, empresas e associações, mas José Manuel Silva não tem responsabilidade.

Afinal, José Manuel Silva e este executivo são responsáveis pelo quê? O que já é da vossa responsabilidade é o aumento do número de dirigentes na Câmara Municipal de Coimbra – quando diz que o peso com os recursos humanos é enorme –, o crescimento das viagens internacionais – tão importantes, mas sem resultados que tivessem sido trazidos a este executivo – e contratos de consultoria externa – quando anteriormente os criticavam. Isto tudo quando se cortam em todas as áreas fundamentais.

Muito fala José Manuel Silva do legado do passado. Estratégia básica para desviar a atenção do povo. Porque do que não quer falar é do legado desastroso que está a criar para Coimbra. Depois de si outros virão e analisarão na mesma medida o que fez e, principalmente, o que não fez.

Continuam a tentar atirar poeira para cima dos conimbricenses. Tentar, porque de facto já todos perceberam que com este executivo é muita parra e pouca uva.

As famílias, as associações e as empresas não merecem um orçamento destes.

O ambiente não o merece.

A juventude não o merece.”

O Senhor **Presidente** disse que no anterior mandato votou, conjuntamente com a Senhora Vereadora Ana Bastos, sempre contra os orçamentos, tendo dito sempre a razão principal pela qual o faziam, ou seja, por falta de uma estratégia de desenvolvimento que, aliás, está à vista de todos. Assim, disse que não havia uma estratégia de desenvolvimento de Coimbra e que Coimbra bem sofreu com isso. De qualquer forma, lembrou que eram uma minoria da oposição. Por outro lado, o Senhor Presidente disse que os Senhores Vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

eleitos pelo Partido Socialista disseram que ignorámos as propostas apresentadas pelos mesmos, apesar de termos apresentado o relatório que iremos divulgar publicamente, para que não haja dúvidas, dando conta que a esmagadora maioria das propostas apresentadas pela oposição estão vertidas no orçamento. Nesse sentido, o Senhor Presidente disse que não estava à espera de que elogiassem o orçamento, uma vez que, obviamente, estão a cumprir o papel democrático da oposição e que já estava à espera de ouvir críticas. Contudo, agradeceu o elogio que deram quando disseram que o Senhor Presidente é favorável à transparência, considerando um reconhecimento que isso não acontecia no passado, porque no passado nunca receberam balancetes do cumprimento do orçamento, sublinhando assim com agrado a diferença que é feita em relação ao passado. O Senhor Presidente mencionou que reconhece que este é um orçamento de alto risco, mas que, por isso, é, também, flexível, à semelhança do que o Senhor Presidente da República recomendou para o Orçamento Geral do Estado, uma vez que tem de ser flexível porque as incógnitas são muitas e, naturalmente, irão gerindo o orçamento em função da evolução da situação política, económica e financeira nacional e internacional. Deste modo, referiu que o orçamento é um documento previsional e que terá de se ir adaptando, tal como acontece com todos os orçamentos e ir-se-á adaptando à evolução da realidade. Por outro lado, mencionou que a oposição disse que não conseguirão transferir 10% para as Freguesias, mas o Senhor Presidente salientou que a rubrica de apoio às Freguesias aumenta 25% e a rubrica de apoio ao financiamento das limpezas aumenta 5%. Assim, explicou que, naturalmente, não estão a transferir 10% para as Freguesias, mas é uma oportunidade para recordar o que está escrito no programa eleitoral do Juntos Somos Coimbra. Assim, disse que defendem a triplicação do orçamento global das Freguesias de forma que este atinja 10% do Orçamento da Câmara Municipal, com as inerentes competências e responsabilidades. Deste modo, explicou que não é dar 10% do Orçamento às Freguesias, mas transferindo as inerentes competências e responsabilidades, que têm obviamente impacto financeiro, mencionando que é o que está a ser negociado com as Freguesias no âmbito da descentralização. Acrescentou que são favoráveis a transferir para as Freguesias o máximo e que isso irá refletir-se nas limpezas, dando conta que transferirão para as mesmas tudo aquilo que for possível, uma vez que tudo o que for transferido para as Freguesias aliviará o trabalho que é desenvolvido pela Câmara Municipal. Neste sentido, o trabalho que for desenvolvido pelas Freguesias terá a competente orçamentação, ao contrário do que o que aconteceu com a descentralização do Estado para as Câmaras Municipais onde não houve o competente financiamento, reiterando que haverá a triplicação do orçamento global das Freguesias de forma que este atinja 10% do Orçamento da Câmara Municipal, com as inerentes competências e responsabilidades, se as Freguesias o quiserem. Assim, assinalou que as Freguesias terão mais meios do que alguma vez tiveram, estando a cumprir o programa eleitoral, exatamente como está publicado, de forma que toda a gente o possa consultar. Do mesmo modo, disse que a oposição afirma que o atual Executivo Municipal não consegue cumprir o programa eleitoral. Contudo, o Senhor Presidente salientou que não conseguiram cumprir as GOP para 2022 porque o Orçamento foi amputado, dando conta que esse facto está escrito e assumido. Por outro lado, afirmou que Coimbra sofreu, também por falta de apoios do Governo que, de facto, está a faturar à custa, também, das Autarquias, não retornando esse dinheiro às mesmas. Assim, assinalou que há uma redução global das transferências para as Autarquias de 600 mil euros porque é uma redução realista, ao contrário do que o Executivo Municipal socialista fazia, onde orçamentavam, mas depois não cumpriam, fazendo um Orçamento fictício. Deste modo, referiu que, agora, fazem um Orçamento realista em termos de distribuição do Orçamento pelos vários anos em que vai ser cumprido, lembrando que ainda há obras de 2018 por fazer, assinalando que agora estão a recuperar com os meios conferidos ao Gabinete de Apoio às Freguesias, futura Divisão de Apoio às Freguesias, prevendo que em 2025 tenham todas as obras das Freguesias recuperadas e em dia, reiterando que herdaram obras de 2018 por cumprir nas Freguesias. Assim, reiterou que este é um Orçamento realista que o Executivo Municipal socialista nunca gastava o dinheiro orçamentado para as Freguesias e que, se calhar, atrasavam as obras para as Freguesias propositadamente e, depois, gastavam-no noutras rubricas. Quanto às observações dos Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista que dizem que este é um Orçamento com cortes, o Senhor Presidente respondeu que já disse que este é um Orçamento de contenção e rigor, sendo um Orçamento que tem de ser reduzido relativamente às Grandes Opções do Plano, tal como já o explicaram. No que diz respeito ao aumento da despesa com o pessoal,



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

explicou que este aumento deve-se, essencialmente, ao aumento dos vencimentos e do subsídio à alimentação, lembrando que as contratações foram mínimas e que o aumento dos dirigentes não tem um impacto financeiro significativo, lembrando que, pela primeira vez, há uma redução significativa do mapa de pessoal, com uma redução de 5% das vagas previstas no Mapa de Pessoal à custa de lugares não ocupados, embora os serviços municipais tenham proposto mais dezenas de lugares. Deste modo, referiu que essa seria a via fácil da gestão da Câmara Municipal, mas que era a via ruínoza da gestão municipal, aumentando indefinidamente o Mapa de Pessoal para colmatar problemas de organização, sendo da opinião que têm de melhorar o funcionamento da organização da Câmara Municipal sem aumentar o Mapa de Pessoal, tendo de fazer mais com menos, sendo incomportável um aumento contínuo das despesas com pessoal, somando Câmara Municipal e SMTUC. Assim, destacou que, pela primeira vez, dá-se esse sinal de redução do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal e de forma significativa. Noutro sentido, referiu que não critica que a oposição proponha que se faça tudo, mas que fica surpreendido que a oposição, que esteve no poder durante 8 anos, agora proponha que se faça tudo o que não fez durante esse tempo. Quanto aos comentários sobre as viagens internacionais, questionou se a oposição preferiria que Coimbra continuasse fechada como esteve durante 8 anos. Neste contexto, o Senhor Presidente disse que este Orçamento é o espelho das opções a que estão obrigados por força do regime de contenção e de economia de guerra, dando conta que tiveram de fazer opções, dado o atual período difícil que todos estão a passar. Por outro lado, disse que mantiveram a mesma organização do Orçamento deliberadamente de forma a ser mais facilmente comparável, embora pudessem ter alterado todos os títulos, referindo que a substância está bem patente no documento, reiterando que optaram por não mudar os títulos das grandes rubricas do Orçamento para ser mais fácil a comparação com o passado, sendo esta uma decisão deliberada, dando conta que não vale a pena mudar uma estrutura que não altera nada do Orçamento, apenas mudando títulos e a aparência. Quanto a algumas rubricas com 10€, disse que tiveram o cuidado de fazer uma “limpeza” nas rubricas de 10€ que iam passando de ano para ano e que, por alguma razão, o Orçamento reduziu-se de 640 páginas em 2021 para 476 em 2022, uma vez que cortaram muitos “10€”. Nesse sentido, explicou que é porque têm de manter alguma flexibilidade nos “10€” que, na gestão do orçamento, mantiveram essa questão em algumas rubricas, apesar da enorme “limpeza” que foi feita. Assim, o Senhor Presidente disse que não espera um ano fácil, mas que o atual Executivo Municipal assumirá as dificuldades, embora a Câmara Municipal não tenha recursos infinitos, caso contrário seriam os primeiros a fazer tudo aquilo que gostariam de fazer, lembrando que o seu programa eleitoral é para cumprir em oito anos, caso o povo assim o deseje, não sendo de aplicação imediata, assinalando que ninguém espera que um programa seja totalmente cumprido no primeiro ano de mandato. Deste modo, referiu que o programa eleitoral é ambicioso, tendo sido qualificado durante o período eleitoral por quem concorria noutras listas como demasiado ambicioso, sendo por isso que não é cumprível num ano, continuando a dar nota disso, tal como fizeram no primeiro ano de mandato, de forma a dar nota ao povo de Coimbra do trabalho desenvolvido.

A Senhora **Vereadora Carina Gomes** disse que o Senhor Presidente não respondeu a nenhuma das perguntas que lhe tinham feito.

O Senhor **Presidente** referiu que já tinha terminado a sua intervenção e que teriam muito tempo para falarem ao longo dos anos. Quanto ao “passeio da fama”, mencionou que o mesmo é um conceito que irá ser desenvolvido, acrescentando que estarão a trabalhar para o bem de Coimbra.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 914/2022 (30/11/2022):

- **Aprovar o “Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023” da Câmara Municipal de Coimbra, em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º - Competências materiais, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterado pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto,**



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, no âmbito das competências materiais da Câmara Municipal, em conformidade com as disposições constantes no SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023, no total de 174.934.074 € na Receita e na Despesa, e as GOP no valor de 102.585.638 € e enviar à Assembleia Municipal, para análise e votação, no uso da competência prevista na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º - “Competências de apreciação e fiscalização”, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

- Aprovar a Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniãos e Juntas de Freguesia, e enviar à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º - “Competências de apreciação e fiscalização”, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Aprovar a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) e enviar à Assembleia Municipal em conformidade com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
- Tomar conhecimento do Relatório Síntese do Exercício do Direito de Oposição relativo à proposta de Orçamento e GOP para 2023, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

O documento “Orçamento e GOP 2023”, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Francisco Veiga, Ana Bastos, Carlos Lopes, Ana Cortez Vaz e Miguel Fonseca. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Regina Bento, Carina Gomes, José Dias, Raquel Santos e Francisco Queirós.

Justificação de voto dos Senhores Vereadores do Partido Socialista:

“As Grandes Opções do Plano e o Orçamento são os principais instrumentos de concretização das políticas constantes dos programas eleitorais das forças políticas vencedoras das eleições autárquicas, pelo que não podemos deixar de estranhar que a presente proposta de GOPs e Orçamento traduza ainda os objetivos e programas estratégicos e programas eleitoral do Partido Socialista. “A Cidade Solidária e Humanista”, “a Cidade da Cultura, das Artes e do Conhecimento”, “a Cidade Educadora, do Desporto e da Juventude”, a “Cidade da Saúde”, objetivos constantes das GOPs, são a tradução em medidas concretas do programa eleitoral do Partido Socialista para Valorizar Coimbra. Seria expectável que a coligação “Juntos Somos Coimbra”, nesta proposta de GOPs e Orçamento para o seu segundo ano de mandato, apresentasse um documento que traduzisse as suas próprias opções políticas, mas não, o que só vem demonstrar, uma vez mais, a incapacidade natural da atual maioria para governar a cidade e a incapacidade de cumprir as promessas eleitorais deste executivo. Como temos vindo a referir, é mais fácil falar do que fazer, porque a gestão autárquica exige trabalho e capacidade de realização, duas simples qualidades que o Executivo da coligação “Juntos Somos Coimbra” demonstra, uma vez mais, que não tem.

O Partido Socialista tem vindo a assumir uma postura de oposição construtiva, apresentando ao abrigo do estatuto de oposição, 29 propostas para incorporar nas GOPs e Orçamento de 2023. Destas 29 propostas, 7 estão inscritas nas GOPs com a dotação de 10€ (propostas apresentadas sob os n.ºs 1, 2, 3, 9, 14, 19 e 27). As restantes 22 propostas apresentadas não estão sequer previstas.

Assim, o Executivo em funções decidiu ignorar “olimpicamente” as propostas apresentadas pelo maior partido de oposição, numa postura de arrogância política que já é habitual e uma marca de água distintiva deste Executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

É particularmente surpreendente que nesta proposta de GOPS e Orçamento, em face das promessas eleitorais da coligação Juntos Somos Coimbra, e que nos últimos 4 anos de governação socialista motivaram sistematicamente o voto contra do “Somos Coimbra” nas propostas de GOP e Orçamento apresentadas pelo Partido Socialista, não consigam agora honrar essas promessas, tais como: garantir que as transferências previstas para as Freguesias perfazem 10% do orçamento; concretizar o tão anunciado “plano Marshal” para a revitalização da Baixa; reforçar as dotações da cultura e do desporto.

Pelo contrário, as transferências para as Freguesias no âmbito da “descentralização e apoio” diminuem 672.000€, a dotação da Cultura diminui mais de 300.000€ e as dotações inscritas no Objetivo Educação, Desporto e Juventude diminuem mais de 3M€. Só nas dotações do Desporto a redução é de quase 2M€.

É também muito preocupante, até pela memória recente do conturbado início deste ano letivo, a redução do investimento na Educação, com menos de 1,5M€ de dotação no programa “Igualdade de Oportunidades para a Educação” e o total desinvestimento na educação pré-escolar cuja dotação é de pouco mais de 100.000€.

O Plano Municipal para as Alterações Climáticas é completamente desprezado, tendo uma módica dotação orçamental de 10€, sendo bem representativo da total falta de estratégia ambiental deste Executivo.

Naturalmente que o Partido Socialista não se revê nestas opções políticas, mas ao contrário da irresponsabilidade assumida nos últimos anos pelo designado movimento “Somos Coimbra” a quem se juntou o PPD/PSD e o CDS, o Partido Socialista é um partido responsável, fundador da democracia e defensor do poder local democrático, não aceitando a demagogia e o populismo propalado pelos responsáveis desta coligação, com responsabilidade maior para o atual Presidente da Câmara.

Pelo que, ao contrário do que o Senhor Presidente fez no passado, em que votou sempre contra os orçamentos apresentados pelo Partido Socialista, mesmo em plena pandemia, em que era preciso aprovar medidas de apoio às famílias, associações e empresas, os Vereadores do Partido Socialista não votarão contra um Orçamento apresentado no contexto de uma guerra na Europa, com todas as incertezas que poderão daí advir para a economia portuguesa.

Contudo estaremos vigilantes e pretendemos acompanhar de perto a execução orçamental para não correr o risco de desvios irre recuperáveis, pelo que é condição da nossa posição de voto, que o Executivo apresente a esta Câmara um balancete mensal com previsão anual ajustada da receita e os compromissos assumidos.

Mas, porque somos responsáveis e fazemos diferente, os Vereadores do Partido Socialista irão abster-se na votação das GOPs e Orçamento para 2023.”

Justificação de voto do Senhor Vereador Francisco Queirós:

A justificação de voto do Senhor Vereador está consubstanciada na sua intervenção, acima transcrita.

b) Mapa de Pessoal para o ano de 2023

Considerando:

- O disposto nos artigos 28.º e 29.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual, de onde resulta que os Mapas de Pessoal constituem um instrumento de gestão de recursos humanos que devem traduzir a política de emprego superiormente perfilhada para o Município, tendo subjacente os objetivos a alcançar, os recursos financeiros disponíveis e a planificação das atividades a desenvolver por cada unidade orgânica, devendo indicar o número de postos de trabalho necessários ao desempenho de tais atividades, sejam elas de carácter permanente ou temporário;
- Que o Mapa de Pessoal, enquanto instrumento de planeamento de gestão de recursos humanos, materializa a previsão dos trabalhadores que se prevê serem necessários para, anualmente, levar a cabo a realização das atividades dos serviços, no quadro das atribuições do Município e das estratégias por este, previamente, definidas;
- Que a Assembleia Municipal de Coimbra, em 4 de outubro de 2022, sob proposta da Câmara Municipal aprovada nas reuniões de 12 e 19 de setembro de 2022, aprovou uma alteração à estrutura orgânica nuclear



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

dos serviços municipais, conforme publicitação efetuada através do Despacho n.º 13219/2022, publicado na II Série do Diário da República, n.º 219, de 14 de novembro;

- Que a Câmara Municipal de Coimbra, por deliberação de 31 de outubro de 2022, aprovou, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, uma alteração à estrutura flexível, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal, conforme publicitação efetuada através do Despacho n.º 13219/2022, publicado na II Série do Diário da República, n.º 219, de 14 de novembro;

- A preocupação em evitar o aumento da despesa, limitando, sempre que possível, a admissão de novos trabalhadores à luz de uma política de aproveitamento de recursos humanos disponíveis, mediante o recurso aos instrumentos de mobilidade de trabalhadores;

Foi elaborada a informação n.º 79659, de 22/11/2022, da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, que mereceu parecer da Diretora do Departamento de Recursos Humanos e despacho do Senhor Presidente, nessa mesma data.

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** disse que é compreensível a redução do mapa de pessoal, neste caso concreto há uma redução de 137 postos de trabalho considerados necessários, mas não ocupados, o que resulta ainda em perto de 500 postos de trabalho não ocupados, mas considerados necessários. Assim, entende que há, de facto ainda, a necessidade de contratar um conjunto de trabalhadores e, portanto, a redução do número de postos de trabalho necessários, mas não ocupados não implicará de certeza absoluta que contratem aqueles que venham a ser necessários, defendeu.

O Senhor **Presidente** concordou que, naturalmente, aqueles que forem absolutamente necessários, serão contratados. Mas este caminho de redução do mapa de pessoal em lugares não ocupados é um caminho essencial para evitar que o orçamento dos recursos humanos leve a CMC à ruína.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 915/2022 (30/11/2022):

- **Aprovar o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra para o ano de 2023, com os fundamentos da informação n.º 79659, de 22/11/2022, da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma;**
- **Enviar à Assembleia Municipal para análise e votação.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Francisco Veiga, Ana Bastos, Carlos Lopes, Ana Cortez Vaz e Miguel Fonseca. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Regina Bento, Carina Gomes, José Dias, Raquel Santos e Francisco Queirós.

I.2. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA

a) Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMTUC para 2023

Para dar cumprimento ao Despacho n.º 43/PR/22, de 2 de agosto de 2022, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, foram elaborados os documentos previsionais para 2023 – “Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) para 2023”, instruídos em conformidade com:

- A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico das Autarquias Locais;

- A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabeleceu o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI);



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que revogou o POCAL (com exceção dos pontos referentes ao controlo interno, regras previsionais e modificações orçamentais).

O Senhor Vereador **Miguel Fonseca** fez a seguinte apresentação das Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMTUC 2023:

“O sector dos transportes desempenha um papel vital na sociedade e na economia. Contudo, os transportes são uma fonte fundamental de pressões ambientais, contribuindo para as alterações climáticas, para a poluição atmosférica e ruído. Por isso, garantir um sistema de transportes urbano eficiente, limpo e acessível, é essencial à salvaguarda da qualidade de vida urbana e à inclusão social, revelando-se ainda central à prossecução de uma política de mobilidade sustentável.

Os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), através da sua operação no domínio da mobilidade urbana, assumem, de forma consciente e empenhada, a sua responsabilidade enquanto agente económico e social com uma contribuição central para a promoção do desenvolvimento sustentável do Concelho de Coimbra. Para tal, ao longo de 2023, os SMTUC continuarão empenhados em ajustar a sua oferta às necessidades reais dos munícipes, às novas políticas e desafios que enfrenta o sector dos transportes, otimizando a utilização dos recursos disponíveis de forma a garantir a máxima eficiência dos serviços e uma procura permanente da melhoria da qualidade do serviço prestado.

Estes objetivos estratégicos partem de uma posição fragilizada resultante dos problemas enfrentados ao longo dos últimos anos, francamente agravados pelos efeitos prolongados provocados pela pandemia originada pela COVID-19, que foram potenciados pela crise económica gerada pela guerra na Ucrânia e pela instabilidade do sector energético. Esta conjuntura traduziu-se no aumento brutal do custo dos combustíveis e da energia elétrica, com enormes implicações nos gastos gerais e, por inerência, nos custos da operação.

Os confinamentos da população, bem como os constrangimentos e as restrições impostas à circulação, refletiram-se ainda numa perda substancial de utilizadores, atingindo o seu ponto mais negativo em 2020, com uma procura que reduziu em 42,7%, atingindo os 7,6 milhões de passageiros.

O levantamento das restrições e a reposição gradual do serviço vêm permitindo recuperar a procura, embora a um ritmo francamente mais lento do que o desejável. Assim, em 2022, embora os SMTUC continuem a registar uma perda de passageiros face ao período pré-pandemia, verifica-se já uma considerável recuperação, perspetivando-se que, no final do ano, possa atingir cerca de 9,7 milhões de passageiros.

Dessa forma, em 2023, enquanto serviço público municipal, constitui objetivo dos SMTUC garantir o aumento dos níveis de produção e do número de passageiros transportados, recuperando e fidelizando utilizadores, e afirmando-se assim como uma verdadeira alternativa ao transporte individual, tendo sempre presente o seu cariz eminentemente social.

Naturalmente, também a dimensão ambiental irá continuar a marcar a estratégia política futura dos SMTUC, enquanto catalisador local da mudança, comprometendo-se publicamente e em sintonia com o Município de Coimbra, com os princípios das Nações Unidas, para a realização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados, por unanimidade, pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, a 25 de setembro de 2015.

Durante o próximo ano, os SMTUC irão continuar e consolidar o caminho estabelecido em 2022, integrado numa visão estratégica global: SMTUC, UM PILAR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PARA COIMBRA. Assim sendo, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano dos SMTUC para 2023 manter-se-ão alicerçados em 5 linhas estratégicas transversais:

- MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO DOS SERVIÇOS: Forte aposta nas novas tecnologias e nos canais de informação diretos com os utilizadores;*
- REESTRUTURAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA REDE: Reformulação da rede dos SMTUC, em articulação com os serviços intermunicipais e futuro Metrobus;*
- PLANO DE INVESTIMENTOS: Definição de prioridades de investimento, sempre que possível suportados financeiramente em candidaturas a fundos comunitários ou de programas nacionais, designadamente no Portugal 2030 em fase de lançamento;*



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

– **RIGOR NA EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA:** Implementação de procedimentos para revisão contínua da despesa pública, através da implementação de políticas de gestão eficientes;

– **MELHORIA NA GESTÃO DOS RECURSOS EXISTENTES:** Implementação de procedimentos de gestão e de controlo mais eficientes e exigentes, numa articulação entre os diversos serviços envolvidos.

Estas linhas estratégicas passam necessariamente por estabelecer um conjunto de ações essenciais, como sejam: encontrar um equilíbrio entre as disponibilidades do serviço e as necessidades dos seus clientes (promovendo uma melhoria contínua do serviço oferecido, e indo ao encontro das necessidades da população servida), assegurar a melhoria contínua dos serviços (quer com o apoio dos novos sistemas de apoio à gestão, quer com as diretrizes do sistema de qualidade a que nos vinculámos), garantir o desenvolvimento profissional, saudável e social dos trabalhadores (criando as condições mais adequadas para que possam exercer a sua atividade e providenciando formação para os profissionais), assumir uma posição incentivadora do uso do transporte público e conseqüentemente dissuasora do uso de transporte individual (promovendo o cumprimento dos horários e o reforço de algumas linhas), promover a comunicação e cooperação entre diferentes entidades externas (no sentido de minimizar os inconvenientes derivados das obras a ocorrer no espaço urbano e restante Concelho) e efetuar um plano de renovação de frota para os próximos 10 anos (colocando ênfase em soluções ambientalmente mais sustentáveis e diminuindo a dependência dos combustíveis fósseis), no quadro de um orçamento global para o ano de 2023 que atinge os € 33,8 M€.

Nesta proposta de Orçamento para 2023, que totaliza 33.772.244 €, prevê-se uma poupança corrente de 4,4 M€ que financia as Despesas de Capital, cumprindo assim a regra do equilíbrio orçamental prevista no n.º 1 do artigo 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI).

As Receitas Correntes ascendem a 26.745.689 € e as Receitas de Capital totalizam 6.259.744 €, representando 79,2% e 18,5% do total do Orçamento da Receita, respetivamente, enquanto as receitas não efetivas representam 2,3%.

Numa análise mais detalhada, verifica-se que a venda de bens e serviços correntes representa 8.109.286 € (onde se incluem 7.749.286€ relativos à venda de títulos de transporte e 320.000€ de receita de parques de estacionamento), correspondendo a 30% do total da receita corrente, e que 46,3% das receitas correntes dizem respeito a transferências correntes (o que acontece na medida em que as receitas de exploração não cobrem as despesas correntes) de 12.386.182 €, que são maioritariamente provenientes da Câmara Municipal de Coimbra.

Estas transferências incluem essencialmente o Subsídio à Exploração, por parte da Câmara Municipal de Coimbra, no valor de 8.668.916 €, sendo o montante restante proveniente de programas governamentais como o PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária) e o ProTransp (Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público), e da comparticipação do passe do antigo combatente, implementado pelos SMTUC antes da entrada em vigor da Portaria n.º 198/2021, de 21 de setembro.

Nas Receitas de Capital, no total de 6.259.744 €, avulta uma transferência de capital proveniente do Portugal 2020, no âmbito da candidatura ao POSEUR III, no montante de 6.249.614 € para financiamento da aquisição de vinte e dois autocarros elétricos, respetivos carregadores e do posto de transformação.

Por sua vez, as receitas não efetivas totalizam 766.811€, dizendo respeito à 3ª e última tranche proveniente do empréstimo contratualizado para financiamento da contrapartida nacional da operação, cofinanciada pelo Fundo de Coesão, POSEUR-01-1407-FC000038 “Promoção da eficiência energética da frota dos SMTUC II para acelerar a execução dos investimentos aprovados nos Programas Operacionais do Portugal 2020, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º e do n.º 1 do artigo 10º do Regulamento de Implementação da Linha BEI PT2020 Autarquias.

No que diz respeito à vertente da despesa, verifica-se que as Despesas Correntes ascendem a 22.276.568 € e que as Despesas de Capital atingem 11.495.666 €, representando 66% e 34% do total do Orçamento da Despesa, respetivamente.

Nas Despesas Correntes, destacam-se as Despesas com pessoal, correspondentes a 36% do orçamento global e que totalizam 12.129.293 €, e as Despesas com Aquisição de bens e serviços, que representam 30% do orçamento no total de 10.088.365 € (onde se incluem despesas com gasóleo, no montante de 5.179.984€,



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

despesas com conservação de bens no total de 1.341.890€, e despesas com eletricidade que atingem 984 mil euros).

Relativamente às Despesas de Capital, estas são constituídas na sua totalidade por despesas de investimento porquanto não estão previstas obrigações em 2023 com o pagamento do empréstimo contraído em 2020 para financiamento da contrapartida nacional da operação POSEUR -01-1407-FC-000038 “Promoção da eficiência energética da frota dos SMTUC – II”, na medida em que o mesmo tem dois anos de carência.

Em termos gerais, identificam-se 4 áreas principais de investimento, que concretizam projetos e ações definidos como estratégicos para os SMTUC num horizonte móvel de 4 anos, cujo Plano Plurianual de Investimento (PPI) ascende a cerca de 11,5M€.

Neste contexto, a Renovação da Frota afigura-se como um dos objetivos estratégicos centrais à ação deste executivo. Para tal, prevê-se a conclusão do procedimento para aquisição de 22 novas viaturas elétricas (10 veículos standart e 12 miniautocarros) ao abrigo do programa POSEUR III (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência para o Uso dos Recursos), que justificam um investimento de € 10 milhões, reforçando a aposta dos SMTUC na descarbonização e renovação da frota, uma vez que vai permitir substituir viaturas antigas (euro II, III e IV, anteriores a 1997, 2000 e 2005) e que têm impactos negativos em termos ambientais, no meio urbano, ao mesmo tempo que se aguarda a abertura do programa PT2030, que venha disponibilizar novas oportunidades de financiamento que permitam concretizar este plano de renovação da frota.

Ainda no contexto do OBJETIVO 1: Investimento na melhoria da Qualidade do Serviço de Transporte de Passageiros, integra-se o projeto de aquisição de duas viaturas de transporte especial para aumentar a oferta e melhorar a prestação do serviço aos clientes com mobilidade reduzida.

Também o Sistema de Informação em Tempo Real conheceu fortes desenvolvimentos em 2022, com a disponibilização da plataforma internacional MOOVIT que permitiu aceder a informações e horários em tempo real, e deverá continuar a justificar um esforço adicional no sentido de aproximar os SMTUC dos seus utilizadores. Desde logo, através do alargamento do sistema pela aquisição e instalação física de novos painéis informativos, para colocação nas principais paragens de transporte público e em locais chave. Encontra-se também em fase final do procedimento a disponibilização de um QR code nas paragens, para facilitar, de forma desmaterializada, o acesso aos horários em tempo real, assim como a entrada ao serviço de um sistema de alertas, permitindo, por exemplo, informar os clientes inscritos no sistema da supressão, incidentes ou irregularidades nas carreiras. Esta ação é de particular relevância, tanto mais quando assistimos a obras sistemáticas na rede urbana, no âmbito da implementação do Sistema de Mobilidade do Mondego.

Ainda no contexto do OBJETIVO 2: Investimento na melhoria das condições de trabalho e atendimento aos munícipes, merece destaque o sistema de bilhética integrada e multimodal. Este sistema entrou em funcionamento em 2022, permitindo aos SMTUC integrar outros modos e operadores de transportes que venham a operar na rede municipal e aderir ao passe único, para circular dentro de todo o concelho, embora ainda apresente alguns problemas de funcionamento, derivados em parte de problemas tecnológicos e de conectividade. Estão igualmente em fase de concretização novos modos de carregamento/pagamento de títulos de transporte, prevendo-se que até ao início de 2023 ocorra a operacionalização do pagamento à distância, através do site. Está igualmente em curso o procedimento para permitir carregar títulos nas máquinas ATM, ou a utilização de cartões bancários como suporte aos títulos. Encontra-se ainda em fase inicial de desenvolvimento uma nova aplicação para permitir o pagamento dos títulos de transporte a bordo, com recurso a cartões bancários, de forma a facilitar o pagamento, e assim incentivar o uso dos transportes por parte de utilizadores não habituais, visitantes e turistas. Também a validação do título, através do telemóvel, deverá ser disponibilizada em 2023.

Também o sistema de Gestão Integrada da Sistemas de Transportes (GIST) irá integrar novos módulos para permitir integrar a informação base relativa à rede de transportes, às linhas e às viagens a realizar, com os serviços de manutenção.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

No sector do estacionamento, prevê-se a breve trecho o alargamento das zonas de estacionamento limitado, a zonas de grande procura como é o caso do polo I da Universidade. A intensificação da fiscalização do estacionamento tarifado, enquanto medida dissuasora à transgressão e de controlo da procura, será uma realidade em 2023, estando para isso em fase de recrutamento 4 fiscais municipais. Prevê-se ainda o lançamento de um sistema piloto para gestão, monitorização e controlo, em tempo real, do sistema de estacionamento, por recurso a câmaras vídeo, com vista à sua eventual posterior replicação a outras zonas da cidade.

Será também promovida a utilização da aplicação móvel iParque, para a qual os SMTUC irão lançar ações de informação e de divulgação do sistema, de forma a incentivar e incrementar o seu uso.

Apesar das grandes dificuldades económicas que atravessam, a opção estratégica dos SMTUC consiste em reforçar a política de promoção do uso dos transportes públicos em detrimento do veículo individual, pelo que o valor do tarifário será mantido em todos os títulos e modalidades de pagamento dos transportes regulares, comparativamente a 2022, havendo apenas lugar à aplicação da Taxa de Atualização, aos títulos ocasionais, do tarifário estabelecido pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes.

De igual forma, será ainda assegurado, através do Município de Coimbra, o transporte escolar gratuito a todos os alunos da rede pública, até ao 12º ano de escolaridade, o qual ainda este ano foi alargado aos estudantes em Coimbra que sejam oriundos de fora do Concelho, fomentando-se assim a prossecução de uma política socioeducativa, assente numa Escola Inclusiva, contribuindo para a promoção da equidade e da igualdade social.

Em 2023, o sistema ECOVIA sofrerá alterações relevantes com vista ao alargamento do serviço a outros locais, devendo ainda serem dados os primeiros passos para o adaptar a um verdadeiro sistema de ParkRide. Para isso o tarifário será revisto, sendo eliminada a modalidade Passe Rede Geral + e Passe Rede Geral + (entidade), dada a sua baixíssima adesão. O uso do sistema da ECOVIA será também aberto a todos os utilizadores da rede regular, aumentando assim o seu potencial de procura.

Outro objetivo estratégico assenta na revitalização da marca “SMTUC”, parada no tempo, apoiada por ações de informação e de marketing, devidamente suportadas por campanhas de sensibilização e promoção dos transportes públicos, associadas a eventos ou datas marcantes a nível nacional ou local.

Esse desiderato requer uma forte atuação em matéria de informação ao público, bem como na relação e comunicação com o cliente, na sustentabilidade e na inovação. No mesmo sentido, pretende-se promover e intensificar a comunicação e a cooperação permanente com as entidades externas, nomeadamente instituições governamentais centrais e locais, associações corporativas, outras autarquias e com o público em geral. Esperamos ainda dar passos decisivos para a reformulação quer do sítio oficial quer da página do Facebook, com vista a torná-los mais apelativos e funcionais.

Como é natural, nada é realizável sem o reconhecimento, o envolvimento e a valorização dos recursos humanos, cuja dotação representa 54% da despesa corrente dos SMTUC. Em 2023, prevê-se neste contexto uma ligeira redução do mapa de pessoal em relação a 2022 (19 lugares abaixo dos que constavam no mapa de pessoal deste ano), apresentando 548 postos de trabalho necessários, dos quais 494 estão ocupados e 54 vagos, dos quais 45 são para ocupar no ano de 2023 e 9 estão cativos (8 mobilidades noutras Serviços e 1 licença sem remuneração). Estão igualmente abertos procedimentos para a entrada de pessoal para diferentes funções, numa sistemática preocupação de renovação e reforço dos recursos humanos. Sendo a motivação dos seus funcionários uma premissa basilar, está prevista a aplicação da opção gestionária, nos termos previstos na LGTFP.

Apesar da ação empenhada do Conselho de Administração, dos Serviços técnicos e dos motoristas, do apoio manifestado publicamente pela Câmara Municipal na defesa do transporte público, da necessidade de manutenção e reforço da função social, não se pode, contudo, deixar de manifestar uma preocupação acentuada com a conjuntura fortemente desfavorável que se afigura para 2023, em grande medida devido à instabilidade e crise no sector energético, temendo-se a escassez de energia, problemas nas cadeias de abastecimento e novos aumentos do preço dos combustíveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Nesse contexto, e atendendo à crescente proporção de veículos elétricos na frota dos SMTUC, e de forma a mobilizar apoio financeiro do sector energético, aguarda-se para breve a abertura do aviso para financiamento de Comunidades de Produção de Energia renovável, que permita utilizar a cobertura dos SMTUC para instalação de painéis fotovoltaicos como fonte de produção de energia para autoconsumo.

Coimbra dispõe de uma governação que pretende conduzir, com equilíbrio, a transição de um modelo de cidade voltado para a defesa do veículo individual, para um modelo baseado nas pessoas e na proximidade. Para isso, ao longo dos próximos anos, iremos continuar a impulsionar os modos de mobilidade suave e o uso dos transportes públicos, tornando-os mais fáceis e acessíveis. Só assim será possível promover o desenvolvimento de um ecossistema multi e intermodal, conectado, acessível e inclusivo que fomente uma mobilidade eficiente e confortável. Com esta política e outras ações a serem desenvolvidas e implementadas nos próximos anos, o executivo Municipal e o Conselho de Administração dos SMTUC pretendem posicionar estes serviços em linha com o desenvolvimento económico e social de Coimbra, como é patente no nível de investimento a realizar em 2023, que será um dos mais elevados de sempre”.

A Senhora **Vereadora Regina Bento** disse que começaria por colocar duas notas mais formais: no *copy paste* esqueceram-se de alterar o cabeçalho e consta “Grandes Opções do Plano e Orçamento 2022”, pelo que sugeriu que se alterasse, para não baralhar depois os Senhores Deputados da Assembleia Municipal; por outro lado, a proposta apresentada é assinada apenas por dois membros do Conselho de Administração (CA) dos SMTUC, pelo que espera que isto não signifique que o Senhor Vereador Carlos Lopes já não faz parte do CA.

Disse que o PS apresentou oito propostas, ao abrigo do Estatuto da Oposição, para inclusão nas GOP e Orçamento 2023, mas infelizmente apenas está plasmada uma no documento, que saúdam e que consiste na manutenção dos passes gratuitos para os alunos do ensino público obrigatório. O orçamento global apresentado, tal como referido na apresentação inicial do Senhor Vereador Miguel Fonseca, ascende a 33,7 milhões de euros, portanto mais 6,7 milhões de euros do que o do ano passado, o que considera caricato, visto que o Senhor Presidente diz que se vivem tempos de contenção, mas os orçamentos que apresenta, tanto na CMC como nos SMTUC, são os maiores de sempre. Isto obrigará a um acompanhamento muito próximo e rigoroso da execução, uma vez que o PS desconfia muito destas previsões da receita, que são naturalmente necessárias para equilibrar o orçamento. Notou que é igualmente caricato que, apesar de aumentar o tarifário, o CA escreva na introdução do documento que, apesar das dificuldades económicas, os SMTUC continuam determinados em manter a política de promoção do uso dos transportes públicos, pelo que o valor do tarifário será mantido em todos os títulos e modalidades. Obviamente que isso não é verdade, acusou, porque até já veio à Câmara o processo de aumento dos bilhetes pontuais dos SMTUC em 6%. A consciência social deste Executivo, da qual o Senhor Presidente fala, é tanta que no tarifário que consta do documento GOP e Orçamento dos SMTUC até o bilhete para um dia de Família Numerosa sofre a atualização dos 6,11%, criticou. Ainda relativamente à receita, questionou se o Executivo não estará a ser demasiado otimista, prevendo transferências de capital no valor de 6,2 milhões de euros. Perguntou qual o ponto de situação dos 22 autocarros elétricos, se já há visto do Tribunal de Contas e se é verosímil que a aquisição dos 22 autocarros seja faturada e entregue até 31/12/2023, porque lhe parece bastante ambicioso.

Tem, depois, algumas questões mais técnicas que, a seu ver, configuram erros na elaboração do orçamento, nomeadamente na previsão dos valores inscritos de receita para os bilhetes de bordo e bilhetes pré-comprados: são exatamente iguais, até ao cêntimo, que os inscritos no orçamento de 2022, pelo que questionou se não seria mais uma questão de *copy paste*, uma vez que pelo menos deveria estar contemplada a atualização do tarifário, a não ser que o CA esteja a prever uma redução da procura pelo efeito do aumento dos preços, aventou.

Parece-lhe excessivo prever uma dotação de mais de cinco milhões de euros para gasóleo, são mais 800 mil euros do que estava previsto em 2022 e, por um lado, os preços do gasóleo já baixaram para os valores anteriores à guerra, por outro, os autocarros circulam muito menos porque estão parados nas oficinas. São mais de 60 os autocarros parados nas oficinas, com uma taxa de imobilização elevadíssima. Disse que leu nas redes sociais o Senhor Presidente a responder às críticas, afirmando que não é ele quem repara os autocarros. É um



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

facto, mas também é um facto que é este Executivo, através do CA, quem compra as peças para os reparar, notou, frisando que é preciso que a cadeia funcione.

Questionou ainda qual a necessidade de continuar a prever a dotação de 37 mil euros na rubrica de pessoal em regime de tarefa e avença, valor exatamente igual ao do ano de 2022. Disse que estão previstos 350 mil euros na rubrica “Outros trabalhos especializados”, e gostaria de saber a que se destinam.

Por fim, manifestou preocupação com a redução do mapa de pessoal, nomeadamente a redução de 19 lugares, sendo que 14 são de motoristas e 5 de técnicos superiores. Disse esperar que isto não signifique um progressivo esvaziamento dos SMTUC e garantiu que o PS está alerta e muito preocupado.

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** disse que a CDU considera que é fundamental que o Executivo trabalhe no sentido de inverter a atual imagem pública dos SMTUC, que é claramente de um serviço que tem vindo a perder qualidade e que não é fiável. Portanto, é preciso apostar na inversão clara desta imagem pública. Crê que as linhas estratégicas identificadas/elencadas nas páginas 7 e 8 do documento, globalmente correspondem àquilo que é importante fazer, embora num ou noutro ponto seja necessário perceber bem o que é que está por trás do objetivo ou da linha estratégica. Claramente, é preciso assegurar a melhoria contínua dos serviços; garantir o desenvolvimento profissional saudável e social dos trabalhadores; assumir uma posição incentivadora do uso do transporte público, dissuadindo o uso do transporte individual (promovendo o cumprimento de horários, o reforço de algumas linhas, encontrar um equilíbrio entre as disponibilidades e as necessidades dos clientes). Defendeu que todos os municípios tenham uma resposta ao nível do transporte público, tão cedo quanto possível. Promover a comunicação e cooperação entre entidades externas, no sentido de minimizar os inconvenientes derivados de obras a ocorrer, é uma questão que tem sido colocada em reuniões anteriores e que considera fundamental, num momento em que a cidade está transformada num estaleiro. Efetuar um plano de renovação de frota para os próximos anos é, obviamente, fulcral, mas não lhe parece facilmente contabilizável com uma redução do número de motoristas previsto em mapa de pessoal para 2023. Tudo isto obriga, na sua opinião, a que mais uma vez exijam do Governo que tenha em conta que os transportes públicos municipais são um serviço à população do concelho e às populações de concelhos limítrofes. Os SMTUC têm de ter um subsídio à exploração por parte do Estado, o Estado não pode desresponsabilizar-se de apoiar este serviço público municipal. Está ciente de que esta é uma luta antiga, não só da CDU, mas de várias forças políticas, mas não pode ficar esquecida. É obrigação do Estado apoiar os SMTUC porque, doutro modo, está a penalizar a Autarquia de Coimbra e, sobretudo, os cidadãos de Coimbra e dos concelhos limítrofes.

O Senhor **Presidente** disse que constatou, da intervenção da Senhora Vereadora Regina Bento, que esta considera que todos os presidentes de Câmara da CIM-RC não têm consciência social, uma vez que todos votaram a favor do aumento de 6,11% dos bilhetes comprados a bordo. Todos, mesmo os Presidentes de Câmara socialistas, pelo que muito estranha que a Senhora Vereadora os venha criticar, dizendo que estes não têm consciência social. Há que gerir com rigor e bom senso os transportes na região de Coimbra, e está certo de que é isso que todos os Presidentes de Câmara da CIM-RC estão a tentar fazer.

Por outro lado, reafirmou que não trabalha nas oficinas dos SMTUC embora até gostasse de saber sobre mecânica. Não é ele, nem o CA que compram peças, o CA autoriza e dá ordens para a aquisição de peças e se, porventura, elas faltam, há que investigar porquê, porque não é por falta de autorização do CA dos SMTUC. Se calhar, no futuro, terão de voltar a discutir a necessidade de fusão dos SMTUC com os outros serviços da Câmara Municipal, para ver se alguém compra peças, ironizou.

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** disse que faria apenas alguns comentários adicionais à intervenção do Senhor Presidente e que já respondeu a algumas das questões. Começou por dizer que a visão inicial é escrita pelo CA e, portanto, obviamente que não tem dúvidas que as grandes questões ligadas aos SMTUC estão ali devidamente plasmadas. As dificuldades que têm existido prendem-se sobretudo com a conjuntura económica atual, porque se fosse possível renovar uma frota de um dia para o outro tê-lo-iam feito, mas não há verbas para esse efeito, explicou, frisando que um autocarro a combustão interna custa 250 mil euros. Se for um



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

elétrico, custa meio milhão de euros. Portanto, uma frota de 178 autocarros não se troca de um ano para o outro, sublinhou, acrescentando que herdou uma frota muito envelhecida. Disse que a média de idade dos autocarros dos SMTUC é de 16 anos, precisamente a média da esperança de vida de um autocarro. Criticou o facto de a Senhora Vereadora Regina Bento ter feito piadas com a taxa de veículos imobilizados, que sempre foi elevada e que, naturalmente, só tem tendência a piorar. E perguntou à Senhora Vereadora Regina Bento o que faria, então, diferente, se estivesse no seu lugar. Porque este Executivo está a trabalhar afincadamente com um único objetivo: salvar os SMTUC. Agora não pode deixar de reafirmar que herdaram uma situação muito complicada, fruto da falta de investimento ao longo de muitos anos, uma frota “a cair de podre”. Disse que a Senhora Vereadora Regina Bento está constantemente a brincar com os autocarros do Barreiro e gostaria de aqui deixar claro que foram a tábua de salvação para o serviço, pois atualmente, esses autocarros circulam diariamente, ao contrário da leva imediatamente anterior, adquirida pela Senhora Vereadora Regina Bento, cujos autocarros estão “encostados” constantemente porque vieram podres da Holanda, acusou. Anunciou que provavelmente terão de recorrer aos autocarros do Barreiro novamente, porque não há autocarros novos para entrega e esses não se adquirem com a celeridade pretendida.

Portanto, e tendo a Senhora Vereadora Regina Bento tantas dúvidas e questões, voluntariou-se para a acompanhar às oficinas e fazer a comparação direta entre os autocarros do Barreiro, cuja revisão prévia foi feita por parte dos mecânicos dos SMTUC antes de responderem à hasta pública, e outros que ela mandou adquirir enquanto Presidente do CA dos SMTUC. Questionou qual foi a peça que foi preciso comprar e não foi adquirida, perguntou em que situação concreta foi necessário adquirir peças e o CA dos SMTUC impediu essa aquisição. E deu ela própria a resposta: nenhuma, em nenhuma situação isto ocorreu, garantiu. Aliás, antecipando a conjuntura difícil que atravessam, enviou em tempo útil um email aos responsáveis de serviço no sentido de estes anteciparem quaisquer aquisições de materiais que antevejam que venha a ser necessário nos próximos tempos. Por isso rejeita liminarmente as acusações da Senhora Vereadora Regina Bento, nomeadamente de bloquear o funcionamento das oficinas, porque isso nunca aconteceu.

Quanto ao procedimento do POSEUR 3 para aquisição dos 22 autocarros, respondeu que ainda não há visto do Tribunal de Contas, mas essa é uma questão que, naturalmente, ultrapassa a CMC, o máximo que pode fazer é ir pressionando. Em relação ao tarifário, frontalmente e de forma construtiva lembrou que esta discussão já decorreu durante anteriores reuniões da CMC. Reafirmou que este Executivo não está a aumentar o tarifário, mas sim a mantê-lo. Os passes sociais mantêm-se, há, sim, uma atualização dos preços de acordo com a taxa proposta pelo próprio IMT. Foi o IMT que aprovou a taxa de atualização, que é aplicada em todo o país, pelo que não percebe porque é que Coimbra tem de ser exceção. Portanto, o passe mensal mantém o seu valor, apenas estão a atualizar taxas impostas e calculadas pelo próprio Governo a títulos ocasionais, e isso não é aumento de tarifas, defendeu.

Em relação à verba para avença, explicou que muito gostaria de ter oferta disponível de engenheiros mecânicos de qualidade para virem trabalhar para os SMTUC. A verdade é que não há, daí criar a possibilidade de celebrar uma avença com alguém que ajude os SMTUC a resolverem os problemas. Provavelmente terão de recorrer, por esta via, ao mercado privado, porque no público não têm tido resposta.

Em relação aos trabalhos especializados, está consciente da necessidade de rever a rede dos transportes coletivos SMTUC para os adaptar às exigências e ao novo serviço oferecido pela Metro Mondego. Ou seja, tem de ser lançado um procedimento que, naturalmente, envolve trabalhos especializados.

Quanto às oito propostas apresentadas pelo PS, respondeu que muitas delas estão a ser estudadas ou já em fase de implementação, outras aguardam por verbas disponíveis, porque não as há.

Terminou afirmando que os SMTUC deviam ser uma preocupação não só deste Executivo, mas da cidade e reiterou que muito agradecia que os Senhores Vereadores do PS, enquanto oposição responsável, contribuíssem de forma construtiva para salvar os SMTUC.

O Senhor **Vereador Carlos Lopes** explicou que não assinou as GOP e Orçamento dos SMTUC 2023 por se encontrar fora de Coimbra na altura em que o documento foi submetido a despacho para esta reunião. Garantiu,



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

no entanto, à Senhora Vereadora Regina Bento que não tem razões para qualquer apreensão, porque a equipa do CA dos SMTUC está coesa.

Neste contexto, foi elaborada a informação n.º 9742, de 22/11/2022, da Divisão Administrativa e Financeira dos SMTUC, sujeita a deliberação do Conselho de Administração dos referidos serviços e despacho do Senhor Presidente, na mesma data, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 916/2022 (30/11/2022):

- **Aprovar as “Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2023” que totalizam 33.772.244,00 €, dos quais 26.745.689,00 € (79,19%) respeitam a Receitas Correntes, 6.259.744,00 € (18,54%) a Receitas de Capital e 766.811,00 € (2,27%) a Receitas Não Efetivas. Quanto à despesa, 22.276.568,00 € (65,96%) respeitam a Despesas Correntes e 11.495.666,00 € (34,04%) a Despesas de Capital, sendo que o Plano Plurianual de Investimentos para 2023 totaliza o valor de 29.302.126,00 €, dos quais 11.495.666,00 € têm financiamento definido;**
- **Enviar à Assembleia Municipal para análise e votação.**
O documento “*GOP e Orçamento dos SMTUC 2023*” dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Francisco Veiga, Ana Bastos, Carlos Lopes, Ana Cortez Vaz e Miguel Fonseca. Absteram-se os Senhores Vereadores Regina Bento, Carina Gomes, José Dias, Raquel Santos e Francisco Queirós.

Justificação de voto dos Senhores Vereadores do Partido Socialista:

“Os SMTUC são uma estrutura municipal que tem como atividade assegurar o serviço público de transporte de passageiros do Município de Coimbra.

Os SMTUC têm mais de um século de história e são parte fundamental da identidade de Coimbra, desempenhando um importante papel económico, ambiental e social. São um pilar fundamental na mobilidade das pessoas e são condição essencial para que o concelho de Coimbra tenha empresas e serviços mais competitivos.

O ano de 2022 foi particularmente difícil para os SMTUC pois a tentativa, gorada, da sua extinção com a sua consequente internalização na Câmara gerou uma enorme instabilidade interna e alguma degradação na qualidade dos serviços prestados. Tendo sido inequivocamente rejeitada essa proposta pela Assembleia Municipal, mantendo-se, portanto, os SMTUC, como Serviço Municipalizado, o ano de 2023 deverá ser um ano de reforço da sua autonomia e estabilidade, não esquecendo que se torna fundamental iniciar o processo de reestruturação das carreiras em complementaridade com o sistema de mobilidade do Mondego.

Neste contexto, o Partido Socialista, que tem vindo a assumir uma postura de oposição construtiva, apresentou, ao abrigo do estatuto de oposição, 8 propostas para incorporar nas GOPS e Orçamento de 2023 dos SMTUC. Destas propostas, apenas uma (manutenção do passe escolar gratuito para todos os estudantes do ensino público obrigatório, do jardim de infância até ao 12.º ano) está prevista no documento apresentado pelo Executivo.

É com grande apreensão que vemos que não foram acolhidas as propostas do PS relativas à manutenção do tarifário dos SMTUC, nomeadamente dos bilhetes ocasionais da rede geral e da Ecovia que aumentam 6,11%, bem como do passe Entidade da Ecovia que aumenta 25%. O ano de 2023 vai ser particularmente difícil para os conimbricenses que vão ter de lidar, diariamente, com os constrangimentos das obras do sistema de mobilidade do Mondego, pelo que era essencial, mais do que nunca, que as pessoas aderissem ao transporte



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

público, mas o Executivo, incompreensivelmente, aprova medidas de sinal contrário, que desincentivam o recurso aos transportes públicos.

Felizmente, o Governo proibiu qualquer aumento nos passes sociais, devido à inflação e como forma de apoio às famílias, pelo que essa parte do tarifário dos SMTUC mantém-se inalterada por imperativo legal.

A coligação “Juntos Somos Coimbra”, vencedora das últimas eleições autárquicas continua a esquecer-se das promessas que fez aos trabalhadores dos SMTUC, em particular aos motoristas, não estando preconizada nenhuma medida concreta para resolver a sua situação profissional, que tanto motivou os votos contra nos últimos 4 anos do “Somos Coimbra” às propostas de GOP e Orçamento dos SMTUC apresentadas pelo PS! Pelo contrário, o que está previsto, e que vemos com muita preocupação, é a redução do mapa de pessoal dos SMTUC em 19 lugares (14 motoristas e 5 técnicos superiores) que esperamos que não signifique o progressivo esvaziamento dos SMTUC.

Continua sem estar previsto o alargamento das carreiras dos SMTUC à zona noroeste da cidade, quando esta tem sido fortemente penalizada ao longo de décadas pela falta de transportes de qualidade e pelo usufruto do tarifário social dos SMTUC, representando uma discriminação negativa dos munícipes residentes nestas Freguesias. Aliás, sobre este assunto continua a pairar um silêncio ensurdecido nos documentos apresentados, ignorando-se a necessidade de alargamento da rede municipal de transportes operada pelos SMTUC à União de Freguesias de São Martinho de Árvore e Lamarosa, às Freguesias de São João de Campo e São Silvestre e às localidades da União de Freguesias de Antuzede e Vil de Matos que ainda não são servidas pelos SMTUC.

O orçamento apresentado cresce mais de 6,7M€, correndo sérios riscos de execução da receita prevista, agravado pelo contexto de incerteza trazido pela guerra na Europa, pelo que exigirá um acompanhamento de perto, sendo condição da nossa posição de voto, que o Executivo apresente à Câmara, com uma periodicidade mensal, um balancete com a previsão anual ajustada da receita e o mapa detalhado dos compromissos assumidos.

Assim, pese embora todas as discordâncias de fundo do Partido Socialista, os vereadores do PS abstêm-se na votação da proposta de GOP e Orçamento para 2023 dos SMTUC, afirmando que continuaremos a lutar pelos SMTUC e pelo centenário serviço público de transportes em Coimbra, diferenciando-se claramente da postura irresponsável e inconsequente assumida pelo Sr. Presidente José Manuel Silva e pela Sra. Vereadora Ana Bastos quando estavam na oposição camarária”.

O Senhor **Presidente** comentou que foi interessante ouvir esta autocrítica do PS aos últimos 8 anos de gestão dos SMTUC. Recordou que, em quatro anos, e enquanto oposição, votou uma vez contra as GOP dos SMTUC e absteve-se três vezes, exatamente pelo carinho e relevância que dá aos SMTUC.

b) Mapa de Pessoal para 2023

O Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o cumprimento dos objetivos da organização, caracterizados em função das atividades e competências que o seu titular se destina a cumprir ou executar; ou do cargo, carreira e/ou categoria que lhes correspondam e dentro de cada carreira e/ou categoria a área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular. A sua elaboração decorre da aplicação dos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em matéria de planeamento e gestão dos Recursos Humanos: “Os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução.”

Neste contexto, foi elaborada a informação n.º 9745, de 22/11/2022, da Divisão Administrativa e Financeira dos SMTUC, sujeita a deliberação do Conselho de Administração dos referidos serviços e despacho do Senhor Presidente, na mesma data, tendo o Executivo deliberado:



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação n.º 917/2022 (30/11/2022):

- **Aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2023, o qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata fazendo parte integrante da mesma;**
- **Enviar à Assembleia Municipal para análise e votação.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Francisco Veiga, Ana Bastos, Carlos Lopes, Ana Cortez Vaz e Miguel Fonseca. Absteram-se os Senhores Vereadores Regina Bento, Carina Gomes, José Dias, Raquel Santos e Francisco Queirós.

E sendo doze horas e trinta minutos o Senhor **Presidente** declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que foi aprovada na reunião do dia 19/12/2022 e assinada pelo Senhor Presidente e pelo Diretor do Departamento de Administração Geral, Manuel Gilberto Mendes Lopes.

O Presidente da Câmara Municipal,

JOSE MANUEL
MONTEIRO DE
CARVALHO E SILVA

Assinado de forma digital por
JOSE MANUEL MONTEIRO DE
CARVALHO E SILVA
Dados: 2022.12.19 20:50:53 Z

(José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva)

O Secretário,

Manuel Gilberto
Mendes Lopes

Assinado de forma digital por
Manuel Gilberto Mendes
Lopes
Dados: 2022.12.19 16:47:12 Z

(Manuel Gilberto Mendes Lopes)

*Dat: PS/GL/PC
Conf: MGML
Serviço Emissor: DAG*